



**Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.**  
**Demonstrações Financeiras para o exercício findo**  
**em 31 de Dezembro de 2019**



## Bayport: Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

### Visão geral

O Bayport teve mais um ano de crescimento impressionante, facto consubstanciado pelo crescimento da carteira de empréstimos, da receita de juros e do lucro, entre outras métricas-chave. Investimentos estratégicos em capital humano e infra-estrutura foram feitos para impulsionar e apoiar este crescimento. Um dos notáveis investimentos em infra-estruturas incluiu a abertura de uma nova agência na sede em Maputo, elevando o número de agências para dezoito.

A melhoria no ranking do Banco, com base no tamanho da carteira de crédito, de 8º no início do ano para 7º no final do ano, é mais uma vez uma boa medida do crescimento do Banco. Esta classificação é bastante favorável quando comparada com a de alguns bancos comerciais.

### Ciclones

Mesmo reconhecendo e celebrando o crescimento positivo do Banco, notamos que o país foi afetado por ciclones devastadores no início do ano, nomeadamente ciclones Idai e Kenneth. Estes ciclones tiveram grande impacto sócio-económico tendo resultado na perda de vidas e destruição de muitas infra-estruturas, como escolas, barragens, centros de saúde, etc., nas províncias do centro e norte, deixando perto de dois milhões de pessoas necessitadas de ajuda. De acordo com algumas avaliações, o custo total de recuperação da infra-estrutura destruída foi estimado em 3,4 mil milhões de dólares.

Através da Associação de Bancos Moçambicanos, o Bayport contribuiu com assistência financeira para a recuperação e alívio do sofrimento decorrente do impacto dos ciclones. Além disso, o Bayport ajudou seus funcionários e agentes afetados de diversas formas, incluindo apoio financeiro, acomodação, alimentação e vestuário. Chegámos mesmo a evacuar para Maputo alguns dos funcionários da Beira mais gravemente afetados.

### Responsabilidade Social Corporativa

O Bayport acredita na retribuição à comunidade de parte dos resultados financeiros, e por isso, além da assistência acima mencionada relativa aos ciclones Idai e Kenneth, o Banco, em linha com o seu impulso de responsabilidade social corporativa, participou em vários programas, tais como o patrocínio da Associação de Membros de United Collages Moçambique, fornecendo doações para os municípios de Inhambane, Maxixe, Manhica, Vila de Mueda, e distritos de Nacala a Velha, e Vilankulo. Em Mocuba e Inhambane, patrocinamos corridas de bicicleta e de barco, respectivamente, durante os festejos do dia das referidas cidades. Nos próximos anos, pretendemos prosseguir com este espírito de retribuição às nossas comunidades através de vários programas de responsabilidade social corporativa.

### Economia e perspectivas moçambicanas

Estima-se que a economia moçambicana tenha crescido 2,3%, inferior ao crescimento de 3,3% registado em 2018. A redução é um reflexo do efeito dos ciclones Idai e Kenneth, e da diminuição das exportações de carvão (resultante da baixa produção e preços baixos). O governo e o Banco Central continuaram a implementar medidas para restaurar a confiança durante o ano, e espera-se que estes esforços dêem frutos através da retomada do financiamento do Fundo Monetário Internacional. A decisão final de investimento na Área 1 de Gás Natural Liquefeito (GNL), bem como o compromisso de investimento na Área 4, também foram tomadas em 2019, o que é um bom presságio para o crescimento económico no curto prazo. Estas perspectivas de crescimento só podem ser boas para o Bayport, pois esperamos um aumento proporcional do emprego e também das necessidades de financiamento.

### Financiamento

O banco prosseguiu com a estratégia de obter a maior parte do seu financiamento no mercado local, para gerir o risco cambial. Para este efeito, o Banco emitiu obrigações no valor de MZN 520 milhões, uma das quais já estava cotada na Bolsa de Valores de Moçambique no final do ano. A segunda, que foi emitida em novembro, está em processo de ser listada também na bolsa de valores.

Em sinal da força do valor do Bayport no mercado de dívida, o Banco captou 1,16 bilhões de meticais em empréstimos a prazo de outros bancos locais, com dois novos bancos juntando-se à crescente lista dos nossos parceiros de financiamento. Outro banco mostrou a sua confiança em nós, contribuindo com metade deste financiamento angariado através da duplicação da sua exposição.

Os depósitos continuaram a crescer em importância em termos de necessidades de financiamento, mais do que o dobro de um saldo de 988 milhões de meticais no final de Dezembro de 2018 para 2,1 mil milhões no final de 2019. Isto é ainda mais impressionante se levarmos em consideração que a captação de depósitos só começou em Novembro de 2017. Como resultado, os depósitos constituem agora cerca de um quarto do nosso financiamento, o que está dentro do objectivo a médio prazo do Banco. O crescimento dos depósitos não só é benéfico para o Bayport, como também continua a cultivar e apoiar a cultura de poupança no país, que é fundamental para o crescimento económico. Para isso, introduzimos um depósito a prazo de 730 dias durante o ano que oferece alargando as opções de poupança de longo prazo.

Os accionistas também continuaram a mostrar apoio no financiamento, aprovando uma injeção de capital no montante de 614 milhões de meticais em Dezembro, dos quais 157 milhões de meticais foram recebidos até ao final do ano, mesmo enquanto aguardamos a aprovação do banco central. Isto impulsiona ainda mais o Bayport para o topo da maioria dos bancos capitalizados, uma vez que o capital social será de 3 mil milhões de meticais com a aprovação na íntegra. Deve-se também notar que esta capitalização segue os passos de uma capitalização de 490 milhões de meticais que começou em 2018 e foi concluída em 2019.

## Governança Corporativa e Liderança

O Banco continuou a reforçar a sua governação empresarial à medida do seu crescimento. Isto levou a que o Comité de Auditoria, Risco e Conformidade fosse colocado sob a presidência de um Administrador não executivo. Dois novos comités foram também criados durante o ano: um Comité de Remunerações a nível do Conselho de Administração, também liderado por um membro independente, bem como um Comité de Gestão de Activos e Passivos. É minha convicção que esses comités já estão contribuindo para o fortalecimento da liderança de supervisão do Banco.

### Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus colegas do Conselho de Administração e aos membros dos vários comités pelo apoio não só a mim, mas também aos executivos, durante todo o ano. Um agradecimento especial também a todos os funcionários do Bayport, desde os executivos da sede até ao pessoal das agências e aos nossos agentes de vendas, que trabalham arduamente e de forma inteligente dia após dia para tornar o Banco naquilo que ele é, e transformando positivamente a vida e o futuro dos nossos clientes.

O reconhecimento também vai para os nossos obrigacionistas, parceiros financeiros e acionistas, pela fé e confiança contínua em nós, que demonstram através do financiamento contínuo. O vosso apoio é importante e bastante apreciado.

Por último mas não menos importante (longe disso) mas porque ocupam o lugar mais especial no nosso negócio, gostaria de agradecer aos nossos clientes pelo seu apoio contínuo. Vocês fazem do Bayport ser o grande Banco que ele é.

Presidente do conselho de administração



## PARECER DO FISCAL ÚNICO

### Aos

**Accionistas da Bayport financial Services Moçambique, (McB).**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único apresenta aos Exmos. Acionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na **Bayport financial Services Moçambique, (McB), SA.**, Assim como o parecer sobre o Balanço, sobre as Demonstrações de Mercado, as Demonstrações de Fluxo de Caixa, a Demonstração de variação no Capital Próprio, as Respectivas Notas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

No cumprimento das suas funções, o Fiscal Único acompanhou ao longo do ano com a regularidade exigida por lei e a actividade da empresa, fundamentalmente através da apreciação das Demonstrações Financeiras anuais, de contactos tidos com os membros de Administração e da Direcção e através das informações colhidas dos sistemas de informação de gestão da empresa, procurando avaliar a evolução da actividade. O Fiscal Único apreciou ainda o parecer do Auditor Externo.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas, o Fiscal Único:

É de opinião que o Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de variação no Capital Próprio satisfazem as disposições estatutárias e concordam com os critérios valorimétricos adotados, refletindo, na nossa opinião, de forma verdadeira, a situação financeira da sociedade em 31 de Dezembro de 2019, bem como o resultado da actividade e os fluxos de caixa durante o exercício de 2019.

Tendo em consideração os elementos apresentados, o Fiscal Único é de parecer que sejam pela Assembleia Geral das Demonstrações Financeiras da **Bayport financial Services Moçambique, (McB), SA.** relativas ao exercício de 2019.

Maputo, 10 de Março de 2020

O Fiscal Único

CW Ducker & Associados, Lda.

Avenida Guerra Popular, 1028, 1 andar -Esquerdo  
Tel. +258 21 310 198, Fax: +258 21 310194  
E-mail: cwducker@aries.co.mz  
Maputo - Moçambique



## Informações Gerais

<b>País de constituição e domicílio</b>	Moçambique
<b>Natureza do negócio e actividades principais</b>	Prestação de serviços financeiros a retalho
<b>Conselho de Administração</b>	Grant Colin Kurland Nuno Pedro Silveira Quelhas Michael John Mocke Hon. Prof. José Mateus Muaria Katupha Suzette José Dalsuco
<b>Endereço comercial</b>	Avenida 25 de Setembro Nº 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
<b>Empresa-mãe</b>	Bayport Management Ltd constituída na República das Maurícias
<b>Bancos</b>	African Banking Corporation (Moçambique), S.A. Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Banco de Investimento Global, S.A. Banco Nacional de Investimento, S.A. Barclays Bank Moçambique, S.A. First National Bank Moçambique, S.A. Millenium BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. Standard Bank Moçambique, S.A.
<b>Auditores</b>	Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada Rua dos Desportistas, 833 Prédio JAT V -1, 3 Andar Maputo, Moçambique
<b>Advogados</b>	CGA Advogados Av. 24 de Julho Nº 7, 7º Andar Maputo Moçambique
<b>Número de registo do Banco</b>	100312530

## Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa). O Auditor externo está envolvido para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme emitidas pelo IASB e baseiam-se em políticas contabilísticas apropriadas consistentemente aplicadas e suportadas por estimativas e julgamentos razoáveis e prudentes.

A administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno, estabelecido pelo Banco e da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo benefício. As Normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Banco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Banco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Banco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Banco envia esforços para minimizá-lo assegurando que a infra-estrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela direcção, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Banco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Banco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

O auditor externo é responsável por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Banco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor externo do Banco e o seu relatório é apresentado nas páginas 12 a 15.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 16 a 59, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 10 de Março de 2020 e foram assinadas em seu nome por:

### Conselho de Administração

Presidente do conselho de administração

Administrador Delegado

## Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações financeiras da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Banco") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

### 1. Constituição

O Banco foi constituído em 19 de Julho de 2012, na República de Moçambique.

### 2. Natureza do Negócio

O Banco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Banco opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa a natureza da actividade do Banco relativamente ao exercício anterior.

### Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes.

Para alcançar este objectivo, a Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

A Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e liberação financeira para as comunidades que servimos.

### O que aspiramos ser: Nossa missão

A missão da Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes adoptando tecnologias, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

### Nossas crenças: Os nossos valores

#### Capacitação

Acreditamos na capacidade e na vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas.

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e a abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

#### Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos clientes de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

#### Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhora a situação das pessoas em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito do empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

#### Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam recorrer nos consumidores. Simples de promover e sem custos desnecessários. Uma promessa da marca expressa da maneira mais simples e sincera.

A simplicidade deve ser o mecanismo de orientação relativamente à forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

#### Parceria

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso.

#### Relevância

Acreditamos em nos colocar continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar da Bayport e se ..."

- é bom para o nosso cliente?
- agrega valor ou apoia a família Bayport?
- respeita o critério de custo-benefício?
- é sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

### 3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes a posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Banco constam das demonstrações financeiras.

#### Economia

A nível mundial, a partir de Janeiro de 2020, o Fundo Monetário Internacional (FMI) perspectivou para a economia mundial um crescimento de estimado de 2,9% em 2019 para 3,3% em 2020 e 3,4% em 2021. O sentimento do mercado tem sido impulsionado por sinais preliminares de que a actividade industrial e o comércio global estão em baixa, uma mudança generalizada no sentido de uma política monetária acomodatória, notícias favoráveis intermitentes sobre as negociações comerciais entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de um "no deal Brexit", levando a algum recuo em relação ao ambiente de risco que se tinha instalado. As condições financeiras globais continuam a ser acomodatórias pelos padrões históricos. No último trimestre de 2019, os mercados foram impulsionados por dois fatores principais: a política monetária e as percepções dos investidores sobre as tensões comerciais. A política monetária continuou a apoiar, por exemplo, a Reserva Federal dos EUA cortou 25 pontos-base na taxa básica de juros; o Banco Central Europeu reiniciou as compras de activos líquidos a um ritmo de 20 mil milhões de euros por mês e o Banco Popular da China reduziu em 5 pontos base a sua taxa de facilidade de crédito a médio prazo.

Em novembro de 2019, o Fundo Monetário Internacional (FMI) declarou que, como resultado dos ciclones tropicais Idai e Kenneth, o crescimento real do PIB desacelerou para 2,25% (ano a ano) no segundo trimestre de 2019, afetado por um fraco desempenho na agricultura. O crescimento real do PIB deverá atingir 5,5% em 2020, contra os 2,1% previstos para 2019, apoiado pelos esforços de reconstrução pós-ciclones, por uma recuperação na agricultura e pelo estímulo económico de uma maior flexibilização gradual das condições monetárias e pelo início do pagamento da dívida aos fornecedores de bens e serviços. A construção e outras atividades também devem ser impulsionadas pelos investimentos nos megaprojetos de gás natural liquefeito (GNL).

Numa nota publicada em Janeiro de 2020, o Instituto Nacional de Estatística (INE) afirmou que a inflação homóloga registada em Moçambique em 2019 caiu 41 pontos base, para 3,5%. A taxa de inflação, medida como a variação média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores, de acordo com o INE, totalizou 2,78%.

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique realizou uma reunião em 12 de Dezembro de 2019 em Maputo e decidiu manter a taxa de juro da política monetária, MIMO em 12,75%, Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 9,75%, Facilidade Permanente de Empréstimos (FPC) em 15,75%, Taxa Prime Lending Rate (PLR) em 18%, bem como a reserva obrigatória (RO) para depósitos em moeda nacional e estrangeira e depósitos em moeda estrangeira em 13,0% e 36,0%, respectivamente. Estas tinham sido revistas continuamente desde o início do ano, tendo as taxas sido inicialmente revistas, MIMO a 14,25%, FPD a 11,25% FPC a 17,25% e PLR a 20,20%. Estas reduções foram feitas de acordo com a melhoria contínua da inflação que vinha desacelerando constantemente desde Fevereiro de 2019.

Ano após ano, o Metical permaneceu inalterado, pois abriu o ano em MZN/USD 61,46 e fechou ao mesmo ritmo. Contudo, o Metical depreciou-se durante o primeiro trimestre do ano em que atingiu o seu pico em Abril de 2019 a 64,42 MZN. Depois apreciou-se desde o segundo trimestre onde atingiu o seu melhor nível de 61,32 MZN em Agosto de 2019. Mais uma vez depreciou-se depois até Novembro de 2019 e uma valorização acentuada de MZN/USD 64,08 para MZN/USD 61,46 no final de Dezembro de 2019. A volatilidade foi um reflexo dos desequilíbrios da oferta e da procura de divisas, alguns dos quais foram causados pelos acontecimentos do ciclone.

As reservas internacionais do país mantiveram-se em níveis confortáveis. Na primeira semana de Dezembro, as reservas internacionais brutas situaram-se em 3.661 milhões de USD, suficientes para cobrir mais de 6 meses de importações, excluindo os principais projectos.

#### Desempenho financeiro

A Bayport dispõe de uma estratégia de longo prazo e, como tal, prevê inúmeras oportunidades em Moçambique, apesar dos desafios económicos. O rendimento de juros aumentou em 34%, de MT 2,12 biliões para MT 2,85 biliões, suportado por um crescimento proporcional na carteira de crédito de 41%. Os custos operacionais aumentaram em 20% a medida que o Banco foi implementando a infraestrutura e os sistemas para suportar o crescimento das vendas não apenas para 2019, mas também para o futuro. Devido ao aumento dos rendimentos de juros, o banco registou um lucro após impostos de MZN 434 milhões em 2019, um aumento de 56% relativamente ao lucro de 2018 de MZN 278 milhões.

As perdas por imparidade diminuíram de MZN 77 milhões em 2018 para MZN 36 milhões, que emanam do ajustamento dos rácios de cobertura de forma a estarem alinhados com as directrizes de modelação de imparidade do NIRF 9.

#### Indicadores de desempenho financeiro

	2019 (MZN)	2018 (MZN)
<b>Rentabilidade</b>		
Juros e rendimentos similares	2,848,423,884	2,121,424,422
Rendimento líquido de juros	1,573,767,900	1,349,876,123
Serviços e comissões líquidos	25,993,071	(14,648,913)
Rendimentos operacionais	1,588,600,899	1,305,154,692
Gastos operacionais	989,984,296	820,589,129
Gastos de imparidade	(35,983,706)	77,186,328
Lucro do exercício	434,376,840	277,956,978
<b>Posição Financeira</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquido)	9,060,622,459	6,433,034,163
Depósitos de clientes	2,093,273,744	988,423,360
Capital próprio	2,216,183,335	1,624,557,439
<b>Rácios</b>		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício/(juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões))	14.75%	12.85%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	22.62%	22.41%
Empréstimos de cobrança duvidosa/Empréstimos brutos	2.81%	1.97%

A margem de lucro líquida registou melhorias de 12,85% para 14,75% devido ao crescimento dos custos operacionais a uma taxa menor do que a margem financeira (20% contra 34%), bem como a uma redução da provisão para imparidade durante o ano que resultou numa receita por imparidade de 35,98 milhões de MZN em comparação com a despesa incorrida no ano anterior de 77,19 milhões de MZN. A rentabilidade dos capitais próprios também melhorou de 22,41% para 22,62% no mesmo período, devido ao aumento da rentabilidade. O rácio de crédito mal parado aumentou de 1,97% para 2,81%. Esta deterioração era esperada, uma vez que decorreu do crescimento e da maturidade da carteira de crédito.

Para dar continuidade a sua trajetória de crescimento, a Bayport abraça desafios numa posição forte em termos de liquidez, fortalecida pela sólida capacidade de financiamento dos accionistas e pelo desempenho favorável dos nossos activos. O aumento no volume de negócios foi estrategicamente alinhado com os investimentos correspondentes em sistemas administrativos, capital humano e tecnologias da informação para fornecer eficiência máxima em toda a cadeia de valor.

O Banco aumentou igualmente durante o exercício a sua captação de depósitos, com produtos que variam de três meses a doze meses de depósitos a prazo. O mercado tem sido bastante receptivo, com o saldo a registar um aumento de MZN 988 milhões no início do ano para MZN 2,09 biliões no final do ano.

#### Recursos Humanos

O Banco continuou a fortalecer seu quadro de pessoal durante o ano para dar suporte à sua trajetória de crescimento, contratando outros 15 colaboradores. Em Dezembro de 2019, o pessoal, incluindo o Conselho de Administração, era de 240, dividido da seguinte forma em termos de género.

	2019	2018
Mulheres	103	96
Homens	137	129
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>225</b>

Os cursos de formação externa foram realizados principalmente em programas de Saúde, Segurança e Bem-estar, Compliance, Risco e Governança Corporativa, Recursos Humanos, Auditoria Interna e Atualizações IFRS. Bayport lançou e treinamento interno e-Learning na plataforma Moodle onde os funcionários receberam treinamento interno sobre tópicos como Lavagem de Dinheiro, Fraude, Atendimento ao Cliente e Conscientização de Riscos.

O Banco também continuou a apoiar o bem-estar de várias formas e, em 2019, venceu o Campeonato de Futebol entre Instituições Bancárias. Este feito, representa em termos de participação três campeonatos ganhos consecutivamente.

#### Rede de Agências

O Banco abriu uma agência adicional nas instalações da Sede em Maputo durante o ano. Assim, o número total de balcões existentes era de 18 no final do ano. As Agências estão amplamente distribuídas, com pelo menos uma Agência em cada província, o que reforça a inclusão financeira. Os balcões estão localizados da seguinte forma:



#### Gestão de Risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Compliance ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O Comité de Auditoria, Risco e Compliance é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Banco incluindo crédito e compliance. O Banco tem também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que tem a responsabilidade de tomar a dianteira na gestão dos activos e passivos. O ALCO, que é composto por membros da administração, reporta ao comité de ARC.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável de realizar negócios. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

## Risco de liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

## Risco de taxas de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Banco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Banco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

## Gestão de risco do capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Banco revê a estrutura de capital numa base regular. O Banco Central tem emitidos regulamentos que estabelecem o montante de capital que todos os bancos devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. Por forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos a pagar aos accionistas, devolver o capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistentemente com outros sectores de actividade, o Banco também monitora o capital com base no rácio de alavancagem.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do Banco era de 10.89%, estando acima do limite mínimo. No entanto, cientes do crescimento previsto do Banco em 2019 e nos próximos anos, a Assembleia Geral aprovou a conversão de MZN 527 milhões em Dezembro de 2019. O pedido de aprovação da conversão foi submetido ao Banco Central no mesmo mês, mas ainda não havia sido concedido até o final do ano.

## Risco cambial

O Banco está exposto ao risco cambial resultante de várias exposições cambiais, principalmente empréstimos e contas a pagar e saldos bancários em moeda estrangeira (em dólares americanos e Randes). Por conseguinte, o Banco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

## Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

## Política antifraude

O Banco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Banco para uma maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

## Responsabilidade Social Corporativa

Em linha com o seu impulso de responsabilidade social corporativa, a Bayport participou em vários programas como o patrocínio à Associação de membros de United Colleges Moçambique, providenciando doações para os municípios de Inhambane, Maxixe, Manhica, Vila de Mueda, e distritos de Nacala a Velha, e Vilankulo.

A Bayport participou na assistência aos indivíduos afectados pelos dois ciclones que devastaram o centro e norte de Moçambique, nomeadamente o Ciclone Idai e o Ciclone Kenneth. O Banco prestou assistência financeira aos seus funcionários e agentes durante e após os ciclones. Além disso, o Banco também doou MZN 2.53 milhões para o apoio e recuperação das vítimas através da Associação Bancária de Moçambique (AMB).

## 4. Capital social

Como mencionado anteriormente, a Assembleia Geral, aprovou a emissão de MZN 527 milhões, dos quais MZN 157 milhões já tinham sido recebidos até Dezembro de 2019 e está actualmente em processo de registo no Banco Central. Após aprovação pelo banco central, o capital social total do banco será de MZN 2 922 968 000, que é superior ao capital social mínimo de MZN 5 milhões fixado pelo banco central para os microbancos (também é superior ao capital mínimo de MZN 1,7 bilhões fixado pelo banco central para os bancos comerciais). Este elevado nível de capital social é uma demonstração do compromisso e da crença que os accionistas têm no Banco. O capital social emitido em 31 de Dezembro de 2019 é o que a seguir se reflecte:

Emitido	Capital social (MZN)	Porcentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd	2,372,010,000	99.00
Whatana Investments	11,979,000	0.50
Outros particulares	11,979,000	0.50
	<b>2,395,968,000</b>	<b>100.00</b>

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento no capital social emitido.

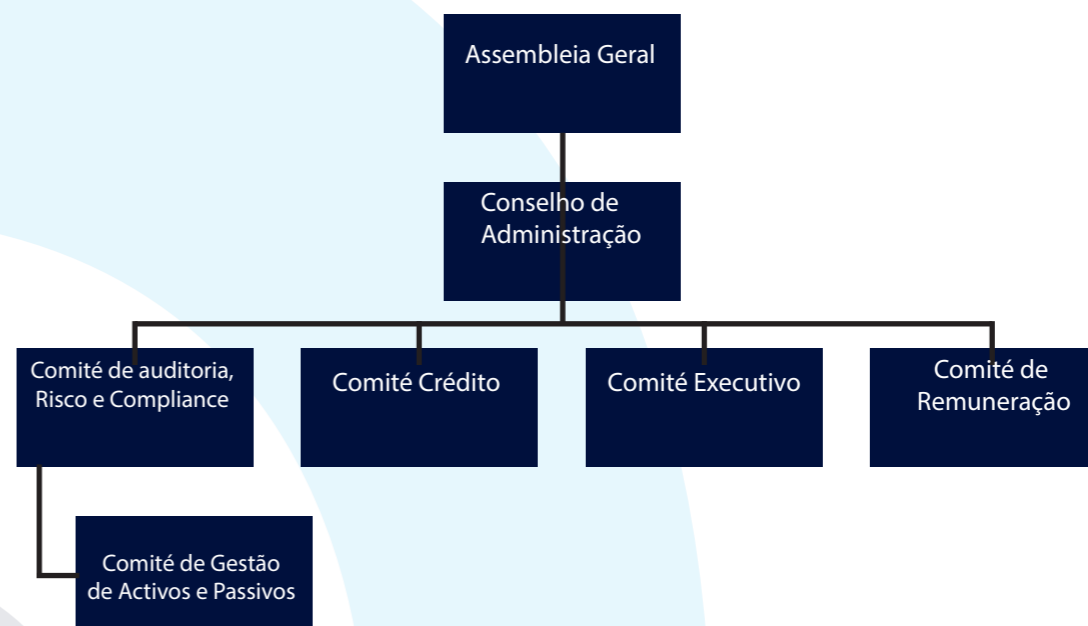
## 5. Dividendos

Não foram declarados nem pagos dividendos aos accionistas durante o exercício findo (2018: nulo). O Conselho de Administração não recomenda a declaração de dividendos no exercício.

## 6. Governação

A estrutura de governação do Banco é composta por um Conselho Fiscal Único, um Conselho de Administração e seus Comités. No final do ano, haviam quatro comités do Conselho em funcionamento, a saber, o Comité de Auditoria, Risco e Compliance (ARC) e o Comité de Crédito e o Comité de Remuneração (REMCO). O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade (ARC) criou um sub-comité, nomeadamente o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

Para a administração diária do Banco, o Conselho delegou aparte das suas funções ao Administrador Delegado e, através deste último, também ao Comité Executivo.



### 6.1. Conselho Fiscal Único

O fiscal Único do Banco durante o ano foi a CW Ducker

### 6.2. Mesa da Assembleia Geral

Malenga Machel	Presidente
Hon. Prof Jose Mateus Katupha	Vice-Presidente
Melba Mutimucuo	Secretária da Empresa

### 6.3. Administradores

Os administradores do Banco durante o e até à data do presente relatório são como se segue:

#### Administradores

Nuno Pedro Silveira Quelhas	Presidente
Grant Colin Kurland	
Michael John Mocke	
Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha	
Suzette José Dalsuco	

### 6.4 Composição dos Comités do Conselho

Em 31 de Dezembro de 2019, o Conselho de Administração e os Comités de Gestão eram os seguintes:

#### Comité de Auditoria, Risco e Compliance

Edgar Baloí	Presidente
Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha	
Lan Anh Nguyen	

#### Comité de Crédito

Chris Lubbe	Presidente
Bene Machatine	
Michael John Mocke	
Ranganai Mubaiwa	
Marek Van Wyk	

#### Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Michael John Mocke	Presidente
Bene Machatine	
Ranganai Mubaiwa	
Jarryd Lobley	

#### Comité de Remuneração

Nazir Bhikka	Presidente
Edma Cumbane	
Hayley van Heerden	

#### Comité Executivo

Michael John Mocke	Administrador Delegado
Bene Machatine	Administrador Comercial e de Operações
Ranganai Mubaiwa	Administrador Financeiro
Edma Cumbane	Administradora de Capital Humano
Cesar Bia	Administrador de Risco e Compliance

## 7. Eventos após o período de relato

Os administradores não tem conhecimento de nenhum evento relevante ocorrido após a data de relato e até à data do presente relatório.

## 8. Empresa mãe

A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd que foi constituída na República das Maurícias.

## 9. Auditores

A Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada foi nomeada em 6 de Julho de 2016 de acordo com o Código Comercial de Moçambique.

## 10. Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco aplicou a nova norma internacional – NIRF 16 (locações) utilizando o método retrospectivo modificado. Consulte a nota 37 para verificar o impacto das alterações nas políticas contabilísticas sobre as demonstrações financeiras.

## 11. Aplicação proposta de lucros

Propõe-se que MZN 65.156.526, representando 15% do lucro obtido em 2019, sejam transferidos para uma reserva legal de acordo com os requisitos estatutários (em particular, a Lei 15/99). Propõe-se ainda que o remanescente do lucro, no valor de MZN 369.220.314, seja retido nos resultados acumulados.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 16 a 59, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2020 e vão assinadas em seu nome por:

**Nuno Pedro Silveira Quelhas**  
(Presidente)

**Michael John Mocke**  
(Administrador Delegado)

**Suzette José Dalsuco**  
(Administradora)

**Hon. Prof. José Mateus Muaria Katupha**  
(Vice-Presidente)

**Grant Colin Kurland**  
(Administrador)

# Deloitte.

Caixa Postal 4318  
Maputo  
Moçambique

Deloitte & Touche  
(Moçambique) Lda  
Chartered Accountants and  
Management Consultants  
Registration No: 5917  
Rua dos Desportistas, 833  
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955  
Tel: +258 21430594  
Tel: +258 20600100  
contactdeloitte@deloitte.co.mz  
www.deloitte.com

## Relatório do Auditor Independente

### Aos accionistas da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. ("o Banco"), constantes das páginas 16 a 59, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<b>Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes</b>  A nota 32.1 das demonstrações financeiras apresenta divulgações aplicáveis a esta matéria.  Os empréstimos e adiantamentos a clientes no montante de 9.060.622.459 Meticais, que representam 82,5% do total de activos e as perdas acumuladas por imparidade associadas, são significativos no contexto das demonstrações financeiras.  O Banco adoptou a NIRF 9 – "Instrumentos financeiros" a com referência a 1 de Janeiro de 2017. Esta norma exige que as perdas por imparidade sejam avaliadas com base nas perdas de crédito esperadas (ECL). A determinação da imparidade requer julgamentos significativos e, por conseguinte, identificamos que a imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes como matéria relevante de auditoria.  As principais áreas em que identificamos níveis significativos de julgamento são:  <i>Exatidão do modelo de cálculo de ECL</i> O modelo de ECL aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros rendimento integral (FVOCI), activos de locação, e determinados compromissos de crédito, bem como contratos de garantias financeiras.  De acordo com a NIRF 9, as perdas por imparidade são mensuradas considerando as seguintes bases: <ul style="list-style-type: none"><li>ECLs para 12 meses que resultam de possíveis eventos de incumprimento nos 12 meses subsequentes à data de relato.</li><li>ECLs para o tempo de vida que resultam de todos os possíveis eventos de incumprimento durante o tempo de vida de um instrumento financeiro.</li></ul> O Banco é obrigado a reconhecer uma imparidade de 12 meses ou para o tempo de vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito (SICR) desde o reconhecimento inicial. Os indicadores de SICR na carteira de retalho podem incluir tolerância a curto prazo, cancelamento de débito directo, extensão dos prazos (reestruturação).  A mensuração das ECLs reflete um resultado ponderado pela probabilidade, o valor do dinheiro no tempo e as melhores informações prospectivas disponíveis do Banco. O resultado ponderado pela probabilidade acima mencionado considera a possibilidade de ocorrência de perda de crédito e a possibilidade de não ocorrer perda de crédito, mesmo que a possibilidade de perda de crédito seja baixa. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todos os défices de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o banco espera receber). As ECLs são descontadas à taxa de juros efectiva do activo financeiro.  A avaliação da ECL de um activo financeiro ou de uma carteira de activos financeiros envolve estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e das correlações de incumprimento entre as contrapartes. O Banco mensura a ECL usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição em incumprimento (EAD) e a perda dada o incumprimento (LGD). Esses três componentes são multiplicados e ajustados para a probabilidade de incumprimento. A ECL calculada é então descontada usando a taxa de juros efectiva do activo financeiro.  A avaliação do aumento significativo no risco de crédito (SICR) e o cálculo da ECL incorporam informações prospectivas. O Banco realiza análises históricas e identifica as principais variáveis económicas que impactam o risco de crédito e a ECL para cada carteira. Essas variáveis económicas e o impacto associado a PD, EAD e LGD variam de acordo com o instrumento financeiro. Julgamento e estimativas significativas são aplicados nesse processo de incorporação de informações prospectivas para avaliação do SICR e no cálculo de ECL.	 A nossa resposta incluiu a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: <ul style="list-style-type: none"><li>Identificação de controlos relevantes que endereçam os riscos identificados e avaliação do desenho e implementação dos controlos identificados e, em alguns casos, na sua efectividade. Focamos nos controlos sobre a identificação das perdas por imparidade; nos processos de governança implementados para modelos de imparidade; inputs e sobreposições; os fóruns de crédito onde julgamentos importantes são considerados; e processos de governança sobre imparidades para redução ao valor recuperável de empréstimos e outras provisões para risco de crédito.</li><li>Para avaliar a exatidão do modelo, executamos os seguintes procedimentos:<ul style="list-style-type: none"><li>Avaliação das alterações nas definições e metodologias (no nível do parâmetro e do cálculo da ECL);</li><li>Reexecução do modelo de imparidade a nível de parâmetros, bem como a avaliação de seus componentes, por exemplo, probabilidade de incumprimento, perda dado o incumprimento, exposição em incumprimento, aumento significativo do risco de crédito; e</li><li>Reexecução dos cálculos de ECL, SICR e migração de estágios.</li></ul></li><li>Avaliação do modelo prospectivo e revisão da adequação de cenários macroeconómicos gerados, bem como quaisquer alterações feitas nos processos ou na governança. Testamos a performance dos cenários em relação aos dados reais e como eles se comparam com base com o nosso conhecimento do sector.</li><li>Validação da plenitude, exatidão e a validade dos ajustamentos qualitativos feitos para modelar os resultados. Os ajustamentos dentro do modelo são normalmente auditados por meio duma avaliação independente, à medida que comparamos os resultados do nosso modelo com a imparidade final que incorpora os ajustamentos.</li><li>Em relação às exposições da carteira:<ul style="list-style-type: none"><li>Seleção de amostra de empréstimos e adiantamentos com desempenho e realização de uma avaliação independente detalhada das perdas de crédito esperadas, incluindo avaliações comparativas de empréstimos e adiantamentos contra ratings externos e as classificações produzidas por um modelo de estimação;</li><li>Ao avaliar as imparidades, considerou-se qualquer garantia obtida. Nos casos em que a gestão usou especialistas para realizar as avaliações, foram avaliadas as suas competências, capacidades e objectividade na realização dessas avaliações.</li></ul></li></ul> Análise das divulgações incluídas nas notas às demonstrações financeiras, com base nos requisitos das normas internacionais de relatório financeiro.
<b>Activos por impostos diferidos</b>  Existem várias complexidades relacionadas ao tratamento e reconhecimento de activos por impostos diferidos, em particular, a determinação e reconhecimento dos activos por impostos diferidos depende da avaliação do Conselho de Administração sobre a utilização dos prejuízos fiscais e do tempo para a realização de diferenças temporárias, o que requer julgamentos significativos.  Consequentemente, a determinação dos impostos é considerada uma matéria relevante de auditoria devido às complexidades e julgamentos decorrentes das considerações relacionadas ao cálculo, reconhecimento e classificação dos saldos de impostos diferidos activos e à materialidade dos saldos em relação às demonstrações financeira como um todo.  As divulgações relativas a activos por impostos diferidos estão contidas na Nota 9.3.	<ul style="list-style-type: none"><li>confirmamos a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos avaliando os principais pressupostos e julgamentos do Conselho de Administração com base na nossa experiência e conhecimento do Banco e do sector. Comparamos, também, as avaliações em relação à lucratividade futura com as evidências obtidas em outras áreas da auditoria, como avaliações de continuidade, planos de negócios e previsões de fluxo de caixa e comparado ao desempenho histórico.</li><li>Avaliamos a apresentação e a divulgação em relação aos saldos relacionados aos impostos e consideramos se as divulgações reflectem os riscos inerentes à contabilização dos saldos de impostos diferidos.</li><li>Validamos as estimativas da administração relativamente à recuperação de diferenças temporárias. Concluímos que os activos por impostos diferidos são recuperáveis e, portanto, estão adequadamente reconhecidos e divulgados.</li></ul>

## Outra informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.


## Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

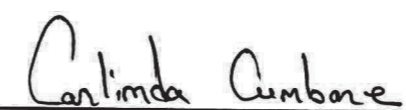
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores da contabilidade do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria. Entretanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

  
Deloitte & Touche (Moçambique), Lda  
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014  
Representada por:  
Zacaria Fakir  
Partner  
Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012  
Maputo, 10 de Março de 2020

## Demonstração do Rendimento Integral

Valores em Meticais	Nota	2019	2018
Juros e rendimentos similares	3	2,848,423,884	2,121,424,422
Juros e gastos similares	4	(1,274,655,984)	(771,548,299)
<b>Resultados líquidos de Juros</b>		<b>1,573,767,900</b>	<b>1,349,876,123</b>
Rendimentos de serviços e comissões	5	95,645,242	41,657,472
Gastos com serviços e comissões	5	(69,652,171)	(56,306,385)
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	5	<b>25,993,071</b>	<b>(14,648,913)</b>
Operações financeiras líquidas	6	(12,160,644)	(30,220,637)
Rendimentos sobre activos móveis disponíveis para venda		1,000,572	148,119
<b>Rendimentos operacionais</b>		<b>1,588,600,899</b>	<b>1,305,154,692</b>
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e contas a receber	12&13	35,983,706	(77,186,328)
<b>Rendimentos operacionais líquidos</b>		<b>1,624,584,605</b>	<b>1,227,968,364</b>
Gastos com o pessoal	7	(438,055,170)	(326,570,106)
Depreciações e amortizações	15,16&17	(84,308,853)	(30,055,555)
Outros gastos operacionais	8	(467,620,273)	(463,963,468)
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>634,600,309</b>	<b>407,379,235</b>
Imposto corrente	9.1	-	-
Imposto diferido	9.1	(200,223,469)	(129,422,257)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>434,376,840</b>	<b>277,956,978</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>434,376,840</b>	<b>277,956,978</b>

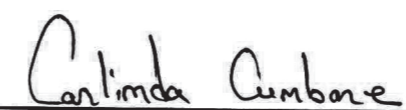
  
Contabilista Certificado

  
Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração da Posição Financeira

Valores em Meticais	Nota	2019	2018
<b>Activos</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	230,703,736	204,472,926
Depósitos em outras instituições financeiras	11	310,674,721	387,960,473
Empréstimos a adiantamentos a clientes	12	9,060,622,459	6,433,034,163
Outros activos	13	216,344,881	89,250,261
Outros activos financeiros	14	634,293,283	6,960,302
Activos tangíveis	15	108,272,553	107,792,701
Activos sob direito de uso	16	226,364,222	-
Activos intangíveis	17	81,472,777	68,617,358
Activos por impostos correntes	9.2	300,000	200,000
Activos por impostos diferidos	9.3	117,418,482	317,641,950
<b>Total de Activos</b>		<b>10,986,467,114</b>	<b>7,615,930,134</b>
<b>Passivos e Capital Próprio</b>			
<b>Passivos</b>			
Recursos de clientes	18	2,093,273,744	988,423,360
Recursos de instituições de crédito	19	5,639	1,540,345
Outros passivos	20	487,735,025	313,522,545
Locação financeira	21	243,243,016	2,386,157
Empréstimos	22	3,509,364,789	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas	23	2,436,661,566	2,272,032,365
<b>Total dos Passivos</b>		<b>8,770,283,779</b>	<b>5,991,372,695</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	24	2,395,968,000	1,905,808,000
Outros componentes de Capital próprio	24	244,803,621	577,714,565
Reserva legal	25	63,315,843	21,622,296
Prejuízos acumulados		(487,904,129)	(880,587,422)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2,216,183,335</b>	<b>1,624,557,439</b>
<b>Total dos Passivos e do Capital Próprio</b>		<b>10,986,467,114</b>	<b>7,615,930,134</b>

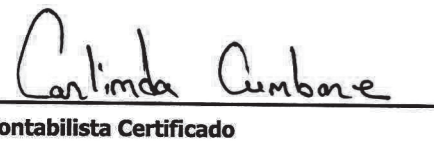
  
Contabilista Certificado

  
Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticais	Capital social	Outras componentes de capital próprio	Total do capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do capital próprio
<b>Saldo a 01 de Janeiro de 2018</b>	<b>1,905,808,000</b>	<b>87,554,565</b>	<b>1,993,362,565</b>	-	<b>(1,136,922,104)</b>	<b>856,440,461</b>
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	277,956,978	277,956,978
Aumento em depósito de acções	-	490,160,000	490,160,000	-	-	490,160,000
Transferência para reserva legal	-	-	-	21,622,296	(21,622,296)	-
<b>Total de alterações</b>	-	<b>490,160,000</b>	<b>490,160,000</b>	<b>21,622,296</b>	<b>256,334,682</b>	<b>768,116,978</b>
<b>Saldo a 01 de Janeiro de 2019</b>	<b>1,905,808,000</b>	<b>577,714,565</b>	<b>2,483,522,565</b>	<b>21,622,296</b>	<b>(880,587,422)</b>	<b>1,624,557,439</b>
Aumento do capital social	490,160,000	(490,160,000)	-	-	-	-
Aumento em depósitos de acções	-	157,249,056	157,249,056	-	-	157,249,056
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	434,376,840	434,376,840
Transferência para a reserva legal	-	-	-	41,693,547	(41,693,547)	-
<b>Total de alterações</b>	<b>490,160,000</b>	<b>(332,910,944)</b>	<b>157,249,056</b>	<b>41,693,547</b>	<b>392,683,293</b>	<b>591,625,896</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>2,395,968,000</b>	<b>244,803,621</b>	<b>2,640,771,621</b>	<b>63,315,843</b>	<b>(487,904,129)</b>	<b>2,216,183,335</b>
<b>Nota(s)</b>	24	24	24	25		

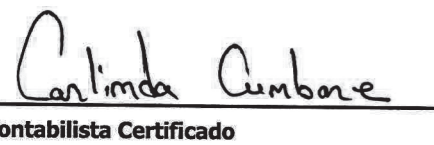
  
Contabilista Certificado

  
Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Meticais	Nota(s)	2019	2018
<b>Actividades operacionais</b>			
Fluxos de caixa utilizado nas operações	26	(705,303,229)	(976,716,187)
Imposto pago	9.2	(100,000)	(100,000)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades operacionais</b>		<b>(705,403,229)</b>	<b>(976,816,187)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis	15	(37,352,688)	(68,229,002)
Alienação de activos tangíveis		1,561,462	148,119
Aquisição de activos intangíveis	17	(17,778,326)	(11,866,344)
Investimento em outros activos financeiros		(627,332,981)	(6,960,302)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento</b>		<b>(680,902,533)</b>	<b>(86,907,529)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações (líquida de reembolsos)		520,000,000	1,050,240,000
Aumento líquido em empréstimos		707,667,206	896,056,222
Reembolso de empréstimos contraídos		(131,770,340)	(78,000,936)
Aumento/(diminuição) líquido (a) dos empréstimos dos accionistas		269,484,513	(109,756,178)
Diminuição líquido (a) em locações financeiras		(28,595,853)	(236,207)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento</b>		<b>1,336,785,526</b>	<b>1,758,302,901</b>
<b>Diminuição/(Aumento) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(49,520,236)</b>	<b>694,579,185</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		590,893,054	(103,686,131)
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	29	<b>541,372,818</b>	<b>590,893,054</b>

  
Contabilista Certificado

  
Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## Políticas Contabilísticas Significativas

### Informação Corporativa

A Bayport Financial Services Moçambique (Mcb), S.A., (doravante designada por "Bayport" ou "Banco"), é uma instituição financeira privada, constituída em 19 de Julho de 2012, com Sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Limited, uma sociedade constituída nas Maurícias e também envolvida na concessão de créditos a particulares, particularmente, colaboradores no sector público.

### 1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, conforme emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, excepto a mensuração de certos instrumentos financeiros ao justo valor e incorporam as principais políticas contabilísticas estabelecidas abaixo. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais.

Para efeitos de supervisão, o Bayport qualifica-se como um Banco sujeito à Lei 15/99 de 11 de Novembro de 1999, parcialmente alterada pela Lei 9/2004 de 21 de Julho de 2004 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique.

Estas políticas contabilísticas são consistentes face as políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. As referências a maturidades correntes desses activos e passivos financeiros são divulgadas nas notas explicativas da demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com o exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

### 1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e quantias reportadas de activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que se acredita serem razoáveis, dadas as circunstâncias. Elas formam a base para fazer juízos sobre valores contabilísticos de activos ou passivos que não são de outra forma imediatamente claros. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são periodicamente revistas. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Determinadas políticas contabilísticas foram identificadas em situações onde a Gestão aplicou um nível mais alto de julgamento que tenha efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que possuam um risco significativo de causar um ajustamento relevante nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo exercício financeiro. Os resultados reais poderiam, por definição, portanto, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas relacionadas. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado como se segue:

### Pressuposto da continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de possuir recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa por em causa a continuidade das operações do Banco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Banco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

### Vidas úteis e valores residuais de activos

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. As vidas úteis dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao re-avaliar a vida dos activos, são tidos em conta factores como inovação tecnológica, ciclo de vida dos produtos e programas de manutenção.

### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pela legislação fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da instituição sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal da instituição por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustamentos devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, em sede de Contribuição Industrial, IRT, Tributação das Pessoas Colectivas (IRPC), Tributação das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções a base fiscal declarada como resultado destas revisões não deverão ter um efeito sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucro tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

### Justo valor de instrumento financeiro

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do modelo dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são obtidos com base na informação disponível de mercados quando possível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações de dados tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

### Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na NIRF 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da NIC 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

### Loações de acordo com a NIRF 16

A NIRF 16 foi adoptada durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2019. Os julgamentos críticos feitos na aplicação da NIRF 16 incluem a identificação dos contratos de locação, a razoabilidade em determinar se uma extensão ou opção de rescisão será exercida, classificação dos contratos de locação, a determinação se os pagamentos variáveis são, em substância, fixos, o estabelecimento da existência de múltiplas locações num acordo, a determinação dos preços de venda autónomos dos componentes da locação e não da locação.

### 1.2 Activos tangíveis

Activos tangíveis são itens tangíveis que o Banco detém para uso próprio ou arrendado a terceiros e que se espera que sejam utilizados por mais de um ano.

Um activo tangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para Banco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incluem os dispêndios inicialmente incorridos para adquirir ou criar um activo tangível e os custos incorridos posteriormente para adicioná-lo, substituir parte do mesmo, ou prestar-lhe serviço. Se o custo de substituição for reconhecido no valor contabilístico de um item de investimentos em empreendimentos conjuntos, o valor contabilístico da parte substituída é desconhecido.

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os activos tangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes durante a vida útil prevista para o seu valor residual estimado.

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Vida útil média
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Equipamento de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o tempo previsto do contrato (5 anos)



## 1.2 Activos tangíveis

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística. Cada componente de um activo tangíveis que represente um custo significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. O custo de depreciação para cada período é reconhecido no resultado a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo. Os testes de imparidade são realizados nos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade.

Quando a quantia escriturada de um activos tangíveis é avaliado como sendo superior ao valor recuperável estimado, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos resultados, de forma a alinhar a quantia escriturada com o valor recuperável.

### Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído em remiltodos quando o item é desreconhecido.

## 1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Banco; e
- o custo do item possa ser favelmente mensurado.

Os activos intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo.

Os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil infinita quando, baseado em todos os factores relevantes, não existe uma previsão do limite para o período que se espera que um activo produza influxos de caixa. Para estes activos não é registada nenhuma amortização, mas os mesmos são sujeitos a testes de imparidade anuais e sempre que existam indicações de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a mortização é calculada com base em quotas constantes durante a vida útil estimada.

O período de amortização e o método de amortização são revistos em cada data de relato.

A reavaliação da vida útil dos activos intangíveis com vida útil finita após ter sido classificado como infinita é um indicador de que o activo possa estar em imparidade. Por isso, o activo é sujeito a teste de imparidade e a quantia escriturada é amortizada durante a vida útil remanescente.

Itens internamente gerados, tais como marcas, logótipos, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida pelo método de quotas constantes durante a vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato. Os efeitos de qualquer alteração na estimativa são contabilizados numa base prospectiva:

Item	Vida útil média
Software informático	3 - 7 anos

Um activo intangível é desreconhecido na alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros resultantes da utilização ou alienação. O ganho ou a perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível, mensurado como sendo a diferença entre a quantia a qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do activo, é reconhecido em resultados quando o activo é desreconhecido.

## 1.4 Instrumentos financeiros

### Classificação

O Banco classifica os activos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Banco pode fazer uma eleição irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados ao justo valor através de resultados para apresentar mudanças subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem retribuição contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se o mesmo satisfaz as duas condições abaixo e não é designado pelo justo valor através dos resultados:

- O activo é detido num modelo de negócios cujo objectivo consiste em deter activos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o montante de capital em dívida.

### Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido ao um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão centra-se em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- a frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Banco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

### Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros

Para efeitos desta avaliação, 'capital' é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. 'Juros' são definidos como o valor temporal do dinheiro e para o risco de crédito associado com o montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente de pagamento de capital e juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isto inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o calendário ou a quantia de fluxos de caixa contratuais, de forma que não fosse satisfazer esta condição. Ao fazer esta avaliação, o Banco considera:

- a taxa de juros cobrada aos clientes;
- a comissão de originação e comissão de serviço cobradas aos clientes;
- quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se houver);
- eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- outros recursos;
- termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- termos que limitam a reivindicação do Banco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- características que modificam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

Os activos financeiros que foram classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, Depósitos em outras instituições financeiras, outros activos, e empréstimos e adiantamentos.

Se o modelo de negócio/ teste do SPPI (Classificação dos Instrumentos Financeiros - Somente pagamento de principal e juros) não for satisfeito, o activo financeiro seria classificado como justo valor através de lucros ou perdas.

### Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente activos e passivos financeiros na data em que o Banco se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis a aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a NIRF 9:

- Passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

### Mensuração subsequente

*Intrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)*

Intrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

### Custo amortizado

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida esperada do activo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, a taxa de juro efectiva ajustada é calculada utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juros efectiva inclui custos de transacção e comissões que são parte integrante da taxa de juros efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

As comissões de originação de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas em juros e outros rendimentos semelhantes.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

### Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Banco realiza os direitos em relação aos benefícios especificados no contrato, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Banco renuncia ou de outra forma perde o controlo dos direitos contratuais que compreendem o activo financeiro. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for cumprida, cancelada ou tiver expirado. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro, incluindo custos relacionados não amortizados e o valor pago para o mesmo é incluído na demonstração do rendimento integral.

### Imparidade de activos financeiros

#### Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento num instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Banco utilizou a presunção refutável de vencidos à mais de 90 dias para identificar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

### Risco de Crédito

O Banco acompanha o risco de crédito dos mutuários, utilizando informações qualitativas e quantitativas, tais como o número de dias de atraso e de recapitalização. Os dias de atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e o rectificativo é calculado por referência ao histórico de pagamentos mais recentes dos empréstimos. A definição de inadimplência utilizada na mensuração das perdas esperadas de crédito é consistente com a definição de inadimplência utilizada para fins de nossa gestão interna de risco de crédito. A política de gestão é utilizar a recência para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo em oposição aos dias em atraso devido a altos níveis de administração e atrasos concomitantes associados a deduções na folha de pagamento. A definição interna de inadimplência é utilizada em vez da presunção de 90 dias do IFRS 9.

#### Definição de Incumprimento

O Banco considera o seguinte como constituindo um evento de incumprimento para fins internos de gestão de risco de crédito, considerando que a experiência histórica indica que os activos financeiros que satisfazem a um dos seguintes critérios geralmente não são recuperáveis:

- quando houver violação dos compromissos financeiros pelo devedor; or
- informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague integralmente aos seus credores, incluindo o Banco (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pelo Banco).

Independentemente da análise acima referida, o Banco considera que o incumprimento ocorreu quando um activo financeiro está com mais de 90 dias de atraso.

### Activos financeiros em imparidade

Em cada data de reporte, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro encontra-se em imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos que tenham um impacto negativo no futuro estimado nos fluxos de caixa futuros do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro está com imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

#### Política de abate

O Banco retira um activo financeiro quando existe informação indicando que o devedor está em grave dificuldade financeira e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor for colocado em liquidação ou tiver entrado em processo de falência ou, no caso de contas a receber, quando os valores tiverem vencido há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Banco, considerando o aconselhamento jurídico quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

#### Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

O Banco reconhece as provisões para perdas de crédito esperadas sobre os seguintes ativos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos; e
- Clientes e outros devedores.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperados num prazo de 12 meses após a originação. Quando tiver havido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão de perda é mensurada como um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

Perda por imparidade para contas a receber comerciais são sempre mensuradas por um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

As perdas de crédito espenados num prazo de 12 meses são a parte de perdas de crédito previstas que resultam de situações de incumprimento de um instrumento financeiro, que são possíveis dentro do período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. As perdas de crédito esperadas são mensuradas como segue:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade na data de relato - como o valor presente de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros em imparidade de crédito na data de relato - como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia escriturada bruta do activo financeiro.

O Banco classifica o empréstimo nas 3 diferentes estágios com base na recapitalização e nos dias de atraso da seguinte forma:

Alocação de Estágios NIRF 9	Recência	Definição de Recência
Cálculo da perda esperada (ECL) de 12 meses - O risco de crédito não aumentou significativamente desde que o reconhecimento inicial é baixo	Desempenho Padrão	Nenhuma prestação em falta (NIRF 9 Estágio 1)
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - sem imparidade de crédito - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo	Desempenho Activo (1-2)	Empréstimos que estão com desempenho activo, na folha de pagamento, e que fizeram o pagamento de uma ou de ambas as suas 2 prestações mais recentes previstas. Os empréstimos nesta categoria referem-se principalmente a empréstimos em atrasos por aspectos técnicos que geralmente ainda estão na folha de pagamento e, como consequência, evidenciam uma elevada propensão para o pagamento. (NIRF 9 Estágio 2)
	Desempenho Activo (3-4)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou mal parados (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2)
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - Crédito com imparidade - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e perda por imparidade de crédito nos empréstimos	Crédito mal parado	Os empréstimos que foram revistos durante os últimos quatro períodos consecutivos, falharam as quatro prestações previstas. (NIRF 9 Estágio 3)
	Crédito de cobrança duvidosa	Empréstimos inadimplentes onde a probabilidade de recuperação é incerta e a separação da folha de pagamento foi confirmada, bem como os empréstimos com imparidade de crédito, que foram identificados para amortizações sujeitas a aprovação do Conselho de Administração. (NIRF 9 Estágio 3)

Consulte a nota 32 sobre gestão e medição do risco de crédito.

- dificuldade financeira significativa do emitente ou do mutuário;
- uma quebra de contrato, tal como um incumprimento ou um evento vencido;
- o(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com a dificuldade financeira do mutuário, tendo concedido ao mutuário uma concessão que de outra forma o(s) mutuante(s) não consideraria(m);
- está a tornar-se provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

### Cliente e outros devedores

Contas a receber comerciais são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A provisão reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Clientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

## Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

## Descoberto e empréstimos bancários

Descobertos e empréstimos bancários são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

## Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 1.5 Imposto

### Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

### Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível face ao qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando o mesmo resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, no momento desta, não afectar o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os activos por impostos diferidos decorrente de prejuízos fiscais não utilizados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com as taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de compensar activos e passivos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o Banco pretende liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

## Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

## Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

## 1.6 Locações

O Banco aplicou o NIRF 16 utilizando o método retrospectivo modificado, pelo que a informação comparativa não foi reexpressa e continua a ser reportada de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4. Os detalhes das políticas contabilísticas de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 são divulgados separadamente caso sejam diferentes dos do NIRF 16 e o impacto das alterações é divulgado na Nota 37.

### Política aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2019

No início de um contrato, o Banco avalia se um contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar a utilização de um activo identificado, o Banco avalia se o mesmo é ou contém:

- o contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explicita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Banco tem o direito de controlar o uso do activo. O Banco tem este direito quando tem os direitos de decisão que são mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o Banco tem o direito de controlar o uso do activo se qualquer um deles:

- O Banco tiver o direito de operar o activo; ou
- O Banco concebeu o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado

Esta política é aplicada aos contratos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de Janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Banco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios em que é locatário, o Banco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação.

### Política aplicável antes de 1 de Janeiro de 2019

Para os contratos celebrados antes de 1 de Janeiro de 2019, o Banco determinou se o acordo era ou continha uma locação com base na avaliação do mesmo:

- cumprimento do acordo estava dependente do uso de um activo ou activos específicos; e
- o acordo tinha transmitido o direito de usar o activo. Um acordo transmitia o direito de usar o imobilizado se uma das seguintes opções fosse atendida:
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o activo enquanto obtinha ou controlava mais do que uma quantidade insignificante da produção;
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao activo enquanto obtinha ou controlava mais do que uma quantidade insignificante da produção; ou factos e circunstâncias indicavam que era remoto que outras partes tomassem mais do que uma quantidade insignificante da produção, e o preço por unidade não era fixo por unidade de produção nem igual ao preço corrente de mercado por produção.

### Como locatário

O Banco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso do activo é inicialmente mensurado pelo custo, que compreende o montante inicial do passivo do contrato de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes dessa data, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local em que este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo do direito de uso ou até ao fim do prazo de locação. As vidas úteis estimadas dos activos do direito de uso são determinadas na mesma base que as dos bens e equipamentos. Além disso, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se houver, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo da locação inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos da locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Banco. Em geral, o Banco utiliza a sua taxa de juro de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo, pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- montantes que se esperam que sejam pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício de uma opção de compra que o Banco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera que seja pagável sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco altera a sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, um ajuste correspondente é feito na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registado no lucro ou prejuízo se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Banco apresenta activos de direito de uso que não se enquadram na responsabilidade de investimento em "activos tangíveis" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

### Locações de curto prazo e locações de bens de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos por locação financeira para locações de curto prazo com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Banco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo de locação.

### Segundo a IAS 17

No período comparativo, o Banco classificou como locatário as locações que transferem que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade como locações financeiras. Quando tal acontecia, os activos locados eram inicialmente mensurados pelo menor de entre o seu justo valor e o valor actual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos mínimos da locação eram os pagamentos ao longo do prazo do contrato que o arrendatário tinha de efectuar, excluindo qualquer renda contingente.

Subsequentemente, os activos foram contabilizados de acordo com a política contabilística aplicável a esse activo.

Os activos detidos ao abrigo de outros contratos de locação foram classificados como locações operacionais e não foram reconhecidos na demonstração da posição financeira do Banco. Os pagamentos efectuados no âmbito de contratos de locação operacional foram reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período do contrato de locação. Os incentivos recebidos pela locação financeira foram reconhecidos como parte integrante da despesa total da locação, ao longo do prazo da locação.

### 1.7 Imparidade de activos e outros activos financeiros

O Banco avalia, no final de cada período de relato, se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Banco também:

- testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.
- testa a imparidade do goodwill adquirido numa concentração de actividades empresariais.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzido à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização.

### 1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

### 1.9 Benefícios dos empregados

#### Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado. O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

#### Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como custo assim que se vencem.

O Banco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

### 1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- o Banco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- for provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- a obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
  - o negócio ou parte de um negócio em causa;
  - os principais locais afectados;
  - a localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
  - os gastos que serão realizados; e
  - quando será implementado o plano; e
- suscitou uma expectativa válida naqueles afectados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- o valor que seria reconhecido como provisão; e
- o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências (se existirem) são divulgadas na Nota 30 nas notas às demonstrações financeiras.

### 1.11 Rédito

#### Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Banco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes. O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos

#### Rendimentos de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva a quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, a Empresa aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial.
- activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, a Empresa aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes.

A taxa de juros efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juro efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ao custo amortizado de um activo financeiro que é um activo financeiro com perda de crédito adquirida ou originada. Ao calcular a taxa de juro efectiva ajustada do crédito, a Empresa estima os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do activo financeiro e as perdas de crédito esperadas.

#### Rendimentos de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através os serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

Comissões que são, cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo.

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobradas nas operações de crédito, tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

#### Receita de taxas de prestação de serviços operacionais

As taxas são reconhecidas como rédito quando um acto significativo tiver sido realizado.

### 1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

### 1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável menos qualquer investimento temporário desses empréstimos.
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- as despesas do activo foram incorridas;
- os custos de empréstimos foram incorridos, e
- quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que forem incorridos usando o método dos juros efectivos.

#### 1.14 Conversão de moeda estrangeira

##### Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadaa, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de fecho;
- itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio à data da transacção; e
- itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando as taxas de câmbio à data quando o justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários à taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultado e no período em que as mesmas surgem.

Quando o ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

#### 1.15 Partes relacionadas

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

#### 1.16 Valores Comparativos

Conforme necessário, dados comparativos foram reclassificados de acordo com as mudanças na apresentação do presente exercício.

## 2. Novas Normas e Interpretações

No presente exercício, o Banco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019.

### 2.1 Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

#### Impacto geral da aplicação da IFRS 16

No ano corrente, o Banco aplicou pela primeira vez a NIRF 16 Locações (conforme emitido pelo IASB em Janeiro de 2016), o qual é efectivo para os períodos anuais que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2019.

A NIRF 16 introduz requisitos novos ou alterados no que diz respeito à contabilidade de locação. Introduz alterações significativas na contabilidade do locatário ao remover a distinção entre locação operacional e financeira, exigindo o reconhecimento de um direito de uso do activo e de um passivo de locação no início de todas as locações, com excepção das locações de curto prazo e das locações de activos de baixo valor. Em contraste com a contabilidade do locatário, os requisitos para a contabilidade do locador permaneceram em grande parte inalterados. Os detalhes sobre estes novos requisitos estão descritos na nota 1.6. O impacto da adopção da NIRF 16 nas demonstrações financeiras do Banco encontra-se descrito na nota 37.

O Banco aplicou o NIRF 16 utilizando o método retrospectivo modificado, no qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido nos resultados retidos em 01 de Janeiro de 2019, pelo que a informação comparativa não foi reexpressa e continua a ser reportada de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4.

### 2.2 Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram nenhum impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, mas podem afectar as contas das transacções ou acordos futuros

IAS 12 Alterações ao Imposto sobre o Rendimento - resultantes do Ciclo Anual de Melhorias 2015 2017 (consequências dos dividendos no imposto sobre o rendimento)

IAS 19 Alterações aos Benefícios dos Colaboradores - relativas a cortes ou liquidações do plano

IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos - Alterações resultantes do Ciclo Anual de Melhorias 2015 2017 (custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização)

NIRF 9 Alterações de Instrumentos Financeiros relativas a características de pré-pagamento com compensação negativa e modificações de instrumentos financeiros

NIRF 16 Locações - Edição original

IFRIC 23 Incerteza sobre o Tratamento do imposto sobre rendimento.

### 2.3 Normas e Interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras alterações relativas à definição de material (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020)

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020) alterações relativas à classificação dos passivos (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020)

IAS 8 Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e Alterações de erros relativos à definição de material (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020)

NIRF 7 Instrumentos financeiros: Alterações de divulgação relativas a questões prévias à substituição no contexto da reforma da IBOR (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020)

NIRF 9 Alterações de Instrumentos Financeiros relativas a características de pré-pagamento com compensação negativa e modificações de passivos financeiros (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020)

NIRF 17 Emissão original dos contratos de seguro (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

Os administradores prevêem que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais para os períodos anuais com início nas respectivas datas, conforme indicado acima. Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação dessas alterações.

## 3. Juros e rendimentos similares

Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	2,808,961,494	2,118,503,154
Juros de empréstimos aos trabalhadores	618,362	895,632
Juros bancários	38,844,028	2,025,636
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>2,848,423,884</b>	<b>2,121,424,422</b>

## 4. Juros e gastos similares

Juros das obrigações	403,946,310	238,700,151
Juros de empréstimos e descobertos bancários	304,795,763	174,108,031
Juros de empréstimos dos accionistas	199,539,260	234,597,608
Juros de contratos de locação financeira	53,215,828	777,182
Juros de depósitos de clientes	313,158,823	123,365,327
<b>Total de juros e gastos similares</b>	<b>1,274,655,984</b>	<b>771,548,299</b>

## 5. Rendimentos de serviços e comissões

<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	59,215,970	41,643,372
Taxas administrativas	36,429,272	14,100
	<b>95,645,242</b>	<b>41,657,472</b>

## Gastos com serviços e comissões

Outros gastos com comissões e serviços	69,652,171	56,306,385
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	<b>25,993,071</b>	<b>(14,648,913)</b>

## 6. Operações financeiras líquidas

<b>Diferenças de câmbio (desfavoráveis)/ favoráveis</b>		
Diferenças de câmbio (desfavoráveis)/ favoráveis líquidas	(12,160,644)	(30,220,637)
<b>Ganhos financeiros</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis	4,164,235	518,529
<b>Perdas financeiras</b>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(16,324,879)	(30,739,164)

## 7. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal são como segue:

Remunerações aos trabalhadores	427,699,716	317,364,112
Impostos sobre remunerações	10,355,454	9,205,994
<b>Total dos gastos com o pessoal</b>	<b>438,055,170</b>	<b>326,570,106</b>

## 8. Outros gastos operacionais

Comunicações	6,883,048	7,896,241
Consultorias	206,801,978	184,050,092
Combustível	3,885,728	3,414,458
Publicidade	17,181,061	14,702,004
Impressão e material de escritório	11,440,537	15,876,866
Manutenção e reparação	6,851,551	5,271,875
Rendas de imóveis	10,397,357	67,128,853
Imposto de selo	5,396,691	1,358,431
Seguros	4,465,681	4,077,736
Segurança de instalações	9,828,044	10,452,082
Deslocações e estadias	27,963,534	24,758,118
Despesas de representação	77,599	206,028
Multas e penalidades	516,323	36,583
Outros	155,931,141	124,734,101
<b>Total de outros gastos operacionais</b>	<b>467,620,273</b>	<b>463,963,468</b>

## 9. Impostos sobre o rendimento

### 9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

<b>Imposto corrente</b>		
Total do imposto corrente	-	-
<b>Imposto diferido</b>		
Em relação ao exercício corrente	200,223,469	129,422,257
<b>Total do imposto diferido</b>	<b>200,223,469</b>	<b>129,422,257</b>
<b>Total de gastos com imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício corrente</b>	<b>200,223,469</b>	<b>129,422,257</b>

## Reconciliação de gastos com impostos

Reconciliação entre o lucro contabilístico e gastos com impostos

	2019		2018	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		634,600,309	-	407,379,235
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32.00%	203,072,099	32.00%	130,361,355
<b>Correcções fiscais</b>				
Encargos não dedutíveis	2.5%	15,900,446	10.64%	43,340,211
Rendimentos dedutíveis	-2.12%	(13,495,801)	-23.26%	(30,321,858)
<b>Ajustamento relativo ao ano anterior</b>				
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros	-	-	-	-
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	(205,688,063)	(35.20%)	(143,379,708)
Tributação	-	-	-	-

## 9.2 Activos e passivos por impostos correntes

Activos por impostos correntes (IRPC-Imposto por conta)	300,000	200,000
Em 1 de Janeiro	200,000	760,371
Imposto pago	100,000	100,000
Abate (Período de recuperabilidade expirado)	-	(660,371)
Em 31 de Dezembro	<b>300,000</b>	<b>200,000</b>

## 9.3 Saldos de impostos diferidos

Segue-se a análise de activos/(passivos) por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira:

<b>Activos por impostos diferidos</b>	<b>117,418,482</b>	<b>317,641,950</b>
<b>Total de activos por impostos diferidos</b>		
Taxas de depreciação aceleradas	7,051,973	5,389,612
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	(606,301)	(4,408,535)
Prejuízos fiscais	110,972,810	316,660,873
<b>Total de activos por impostos diferidos</b>	<b>117,418,482</b>	<b>317,641,950</b>

## Reconciliação de activos por impostos diferidos

Em 1 de Janeiro	317,641,950	447,064,207
Prejuízos fiscais disponíveis para dedução de rendimentos tributáveis futuros	(205,688,063)	(139,074,514)
Taxas de depreciação aceleradas	1,662,361	2,384,898
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	3,802,234	7,267,359
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>117,418,482</b>	<b>317,641,950</b>

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais não utilizadas no valor de MT 347 milhões (2018: MT 989 milhões) estão suportados pelas projecções de lucros tributáveis do Banco para os próximos 5 anos. O Conselho de Administração está convicto que o Banco irá utilizar os activos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais não utilizadas nos próximos 5 anos, que correspondem ao período permitido pela legislação Moçambicana relativa ao imposto sobre rendimento de pessoas colectivas.

Ao fazer tais projecções, foi considerada toda a evidência positiva e negativa disponível, incluindo as futuras reversões de diferenças temporárias tributáveis existentes, lucros tributáveis projectados, as estratégias de planeamento fiscal e os resultados recentes das operações. Os activos por impostos diferidos foram reconhecidos na extensão de todos os prejuízos fiscais não utilizados, cujos direitos de dedução expiram em cinco anos.

## Reconciliação dos prejuízos fiscais

Em 1 de Janeiro	989,565,230	1,424,173,083
Correcções às declarações fiscais	-	13,453,735
Prejuízos fiscais utilizados	(642,775,199)	(448,061,588)
Em 31 de Dezembro	<b>346,790,031</b>	<b>989,565,230</b>

Exercício financeiro	Prejuízos fiscais	Tributação 32%	Data limite
31 de Dezembro de 2016	139,675,625	44,696,201	31 Dez 2021
31 de Dezembro de 2017	207,114,406	66,276,609	31 Dez 2022
	<b>346,790,031</b>	<b>110,972,810</b>	

## 10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Activos correntes

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central é analisada como se segue:

Moeda nacional	230,703,736	204,472,926
----------------	-------------	-------------

Os saldos detidos no Banco de Moçambique estão em conformidade com os requisitos regulamentares de manter reservas obrigatórias suficientes. As reservas obrigatórias mínimas foram de MT MZN 235.475.875 em 2019 (31 de Dezembro de 2018: MZN 136.260.391). O regime em vigor em 31 de Dezembro de 2019, conforme especificado na Circular 02/EMO/2019 do Aviso 08/GBM/2019 do Banco de Moçambique, estabelece que as instituições financeiras têm a obrigação de depositar um saldo médio de 13% dos seus depósitos de clientes em Moeda local e 36% dos depósitos em moeda estrangeira no final de cada período de apuramento (2018: 14% e 27% respectivamente). Estes depósitos obrigatórios não são remunerados. As reservas obrigatórias são restritas e não para uso diário pelo Banco e devem ser revistas mensalmente.

## 11. Depósitos em outras instituições financeiras

Activos correntes

Depósitos em outras instituições de crédito compreendem:

<b>Saldos de caixa</b>		
Moeda nacional	-	-
Dinheiro móvel disponível	5,021,882	239,536

## Saldos em depósitos bancários

Moeda nacional	303,849,415	293,335,495
Moeda estrangeira	1,803,424	94,385,442
<b>Total de saldos em depósitos bancários</b>	<b>305,652,839</b>	<b>387,720,937</b>

**Total de depósitos em outras instituições financeiras** 310,674,721 387,960,473

## 12. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Montante bruto dos empréstimos	9,305,273,270	6,714,195,172
Imparidade acumulada	(244,650,811)	(281,161,009)
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>9,060,622,459</b>	<b>6,433,034,163</b>

## Análise do movimento da imparidade

Em 1 de Janeiro	281,161,009	204,048,396
Imparidade líquida reconhecida em resultados	(36,039,395)	77,097,922
Utilização das imparidades	(470,803)	14,691
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>244,650,811</b>	<b>281,161,009</b>

Activos não correntes	7,815,960,674	5,724,514,752
Activos correntes	1,244,661,785	708,519,411
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>9,060,622,459</b>	<b>6,433,034,163</b>

As divulgações sobre o risco de crédito encontram-se na nota 32.1.

À data do presente relatório não existiam empréstimos e contas a receber dos membros do Conselho de Administração.

## 13. Outros activos

Activos correntes		
<b>Despesas pré-pagas</b>	191,617,668	64,813,314
Outros devedores	24,871,308	24,525,353
Imparidade	(144,095)	(88,406)
<b>Total de outros activos</b>	<b>216,344,881</b>	<b>89,250,261</b>

## Provisão de imparidade

Em 1 de Janeiro	88,406	
Imparidade reconhecida em resultados	55,689	88,406
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>144,095</b>	<b>88,406</b>

Os outros devedores decompõem-se como segue:

Adiantamentos aos trabalhadores	8,576,784	4,679,865
Depósitos de caução	4,801,375	4,777,375
Consumíveis	60,000	116,000
Devedores diversos	11,433,149	14,952,113
<b>Total de outros devedores</b>	<b>24,871,308</b>	<b>24,525,353</b>

Devedores diversos incluem:

Comissões de intermediação nos seguros de vida	7,921,988	7,466,488
Outros	3,511,161	7,485,625
<b>Total Devedores diversos</b>	<b>11,433,149</b>	<b>14,952,113</b>

## 14. Outros activos financeiros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, foi efectuado o seguinte investimento financeiro:

<b>Tipo de investimento</b>			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado	14.2	627,332,981	-
		<b>634,293,283</b>	<b>6,960,302</b>

Saldo inicial	6,960,302	
Adições	627,332,981	6,960,302
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>634,293,283</b>	<b>6,960,302</b>

## 14.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0.50	63,275	6,327,548
Taxas de registo	-	-	-	632,754
	-	0.50	63,275	6,960,302

Em Setembro 2018, o Banco adquiriu 0.5% das acções na SIMO (Sociedade Interbancária de Moçambique). O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do Banco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no que respeita ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento ao banco e a outras instituições de crédito. O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser medido de forma fiável.

## 14.2 Activos financeiros ao custo amortizado

Bilhetes de Tesouro	627,332,981	-
---------------------	-------------	---

Os bilhetes do tesouro no montante de MZN 627.3 milhões (2018: zero) têm vencimentos entre 6 e 29 de Janeiro de 2020 e fazem parte da carteira de activos líquidos do Banco nos termos do Regulamento do Banco de Moçambique sobre o Rácio de Liquidez (Aviso 14/GBM/2017). Os juros vencidos durante o ano variaram entre 11,50% e 13,30% ao ano. A estratégia do Banco consiste em investir em títulos que tenham, a partir da data do investimento, maturidades não superiores a três meses.

## 15. Activos Tangíveis

Activos não correntes

Custo	Móveis e utensílios	Viaturas	Equipamento de escritório	Equipamento Informático	Obras em Edifícios Arrendados	Activos em Curso	Total
Em 1 de Janeiro de 2018	17,357,648	22,320,829	19,204,798	32,378,158	27,614,156	4,200,062	123,075,651
Adições	3,292,335	11,220,553	8,112,322	9,062,619	17,907,330	18,633,843	68,229,002
Alienações	-	(1,930,200)	-	(67,227)	-	-	(1,997,427)
Transferências	5,438,205	-	177,021	88,920	2,374,804	(10,343,897)	(2,264,947)
Em 1 de Janeiro de 2019	26,088,188	31,611,182	27,494,141	41,462,470	47,896,290	12,490,008	187,042,279
Adições	3,674,054	11,546,550	4,411,064	8,787,265	8,933,755	-	37,352,688
Alienações	(115,505)	5,744,573	(21,716)	(201,950)	-	-	(6,083,744)
Transferências	225,448	-	3,812,681	346,555	6,315,609	(10,353,738)	346,555
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>29,872,185</b>	<b>37,413,159</b>	<b>35,696,170</b>	<b>50,394,340</b>	<b>63,145,654</b>	<b>2,136,270</b>	<b>218,657,778</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Em 1 de Janeiro de 2018	6,691,105	14,113,612	6,461,890	16,157,542	9,466,752	-	52,890,901
Depreciação do exercício	3,227,171	6,005,449	4,725,481	9,078,188	5,319,815	-	28,356,104
Alienações	-	(1,930,200)	-	(67,227)	-	-	(1,997,427)
Em 1 de Janeiro de 2019	9,918,276	18,188,861	11,187,371	25,168,503	14,786,567	-	79,249,578
Depreciação do exercício	4,498,090	3,255,150	7,626,909	10,482,199	10,781,663	-	36,644,011
Alienações	(107,461)	(5,182,629)	(16,324)	(201,950)	-	-	(5,508,364)
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>14,308,905</b>	<b>16,261,382</b>	<b>18,797,956</b>	<b>35,448,752</b>	<b>25,568,230</b>	-	<b>110,385,225</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>							
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>15,563,280</b>	<b>21,151,777</b>	<b>16,898,214</b>	<b>14,945,588</b>	<b>37,577,424</b>	<b>2,136,270</b>	<b>108,272,553</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>16,169,912</b>	<b>13,422,321</b>	<b>16,306,770</b>	<b>16,293,967</b>	<b>33,109,723</b>	<b>12,490,008</b>	<b>107,792,701</b>

## 16. Activos sob Direito de Uso

O Banco adotou a NIRF 16 a partir de 1 de janeiro de 2019, o qual altera as Demonstrações Financeiras do Banco. De acordo com a NIRF 16, a maioria dessas locações passou a constar no passivo do balanço com direito de uso dos ativos subjacentes. O Banco aplicou a abordagem retrospectiva modificada, que requer o reconhecimento do efeito cumulativo da aplicação inicial da NIRF16, a partir de 1 de janeiro de 2019, para os lucros acumulados e não os reexpressos de anos anteriores, porém o ajuste não foi registrado nos lucros acumulados. Ao fazer isso, o banco também fez uso do expediente prático de não reconhecer um direito de uso do ativo ou um passivo de locações para locações cujo prazo termine dentro de 12 meses da data da aplicação inicial.

Uma vez que o Banco reconheceu o direito de uso dos activos pelo montante igual ao passivo da locação, não houve impacto nos resultados acumulados.

O Banco arrenda edifícios. A informação sobre as locações para os quais o Banco é locatário, é apresentada abaixo.

Custo	Locação de Espaço	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	-	-
Adições	269,452,712	269,452,712
Modificações	-	-
Cessação do Contrato de Locação	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>269,452,712</b>	<b>269,452,712</b>
<b>Depreciação acumulada</b>		
Em 01 de Janeiro de 2019	-	-
Depreciação do exercício	43,088,490	43,088,490
Cessação do Contrato de Locação	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>43,088,490</b>	<b>43,088,490</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>		
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>226,364,222</b>	<b>226,364,222</b>

### 16.1 Montante reconhecido nos lucros ou prejuízos

Juros sobre locações financeiras	53,215,828	-
Depreciação de um activo locado	43,088,490	-
Gastos relacionados com locações de curto prazo	10,341,532	-
<b>Total</b>	<b>106,645,850</b>	<b>-</b>

### 16.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

Total das saídas de caixa para locações	28,595,853	-
---	------------	---

## 17. Activos intangíveis

Activos não correntes

Custo	Software informático	Activo em desenvolvimento	Total
Em 01 de Janeiro de 2018	11,952,648	47,387,788	59,340,436
Adições	1,411,986	10,454,358	11,866,344
Transferência	-	2,264,947	2,264,947
Em 01 de Janeiro de 2019	13,364,634	60,107,093	73,471,727
Adições	16,944,501	833,825	17,778,326
Transferência	462,150	(808,705)	(346,555)
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>30,771,285</b>	<b>60,132,213</b>	<b>90,903,498</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Em 1 de Janeiro de 2018	3,154,918	-	3,154,918
Amortizações do exercício	1,699,451	-	1,699,451
Em 1 de Janeiro de 2019	4,854,369	-	4,854,369
Amortizações do exercício	4,576,352	-	4,576,352
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>9,430,721</b>	<b>-</b>	<b>9,430,721</b>

## Quantia escriturada líquida

<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>21,340,564</b>	<b>60,132,213</b>	<b>81,472,777</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>8,510,265</b>	<b>60,107,093</b>	<b>68,617,358</b>

## 18. Depósitos de clientes

Passivos correntes

Os depósitos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

Empresas		
Depósitos a prazo	5,875,529	494,884,857
Contas correntes	898,921,544	13,546
<b>Particulares</b>		
Depósitos a prazo	26,402,007	488,931,330
Depósitos à ordem	1,162,074,664	4,593,627
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>2,093,273,744</b>	<b>988,423,360</b>

## 19. Recursos de instituições de crédito

Passivos correntes

Descobertos Bancários	5,639	1,540,345
-----------------------	-------	-----------

O saldo de descobertos bancários refere-se a facilidades concedidas por outras instituições financeiras, por um período de 1 ano e vencem juros a taxas que variam de 17% a 18%. (31 de Dezembro de 2018: 19.70% a 20.20% por ano).

## 20. Outros passivos

Passivos correntes		
Contas a pagar	155,234,8501	25,960,905
Imposto retido na fonte a pagar	98,612,237	72,424,991
Credores diversos e acréscimos de gastos	233,887,938	215,136,649
<b>Total de outros passivos</b>	<b>487,735,025</b>	<b>313,522,54</b>

## 21. Locação financeira

### Análise de maturação

Até um ano	992,281	1,856,483
Mais de um ano até cinco anos	-	-
Mais de 5 anos	-	1,003,242
	992,28	2,859,725
Menos: encargos financeiros futuros	(61,076)	(473,567)
Novas locações	242,311,811	-
<b>Total de passivos por locação não descontados em 31 de Dezembro</b>	<b>243,243,016</b>	<b>2,386,158</b>

### Valor presente dos pagamentos mínimos de locação devidos

Até um ano	931,205	1,450,764
Do segundo ao quinto ano, inclusive.	242,311,811	935,394

**Valor presente dos pagamentos mínimos das locações** **243,243,016** **2,386,158**

Passivos não correntes	206,999,590	1,450,764
Passivos correntes	36,243,426	935,394
<b>Total</b>	<b>243,243,016</b>	<b>2,386,158</b>

Durante o exercício, o Banco adoptou a NIRF 16. Por favor, consulte a nota 37 para os efeitos da alteração da política contabilística.

## 22. Empréstimos

### Ao custo amortizado

Obrigações	(i)	2,034,890,000	1,514,890,000
Crédito de rendas	(ii)	1,474,474,789	898,577,923
<b>Total de empréstimos</b>		<b>3,509,364,789</b>	<b>2,413,467,923</b>

(i) Os juros sobre as obrigações sêniores variam entre 19% a 25% por ano (2018: 22% to 27.25% por ano), com maturidade que varia de Março de 2020 a Junho de 2021.

(ii) Os juros sobre crédito rendas variam de 17% a 21% por ano (2018: 19.70% a 22.70% por ano), com maturidade que varia de Maio de 2021 a Janeiro de 2023.

### Passivos não correntes

Ao custo amortizado	3,015,869,696	2,329,467,923
---------------------	---------------	---------------

### Passivos correntes

Ao custo amortizado	493,495,093	84,000,000
---------------------	-------------	------------

<b>Total de empréstimos</b>	<b>3,509,364,789</b>	<b>2,413,467,923</b>
-----------------------------	----------------------	----------------------

## 23. Empréstimos dos accionistas

Empréstimo do accionista	(i)	2,253,746,647	2,132,178,289
Honorários de gestão	(ii)	182,914,919	139,854,076
		-	-

<b>Total dos empréstimos dos accionistas</b>		<b>2,436,661,566</b>	<b>2,272,032,365</b>
--	--	----------------------	----------------------

(i) Os empréstimos da Bayport Management Ltd encontram-se denominados em USD e Meticals. O empréstimo em USD cobriu uma facilidade por um prazo de 10 anos no montante de USD 22,500,000 concedido em Janeiro de 2015 com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano, que posteriormente foi convertido para capital próprio. O saldo remanescente de USD 19.5 milhões (incluindo honorários profissionais no valor de USD 8.6 milhões) foi convertido para Meticals, com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedida uma facilidade adicional no montante de USD 45,000,000, a uma taxa fixa de 4% ao ano. Deste empréstimo, USD 6,000,000 são reembolsáveis em Agosto de 2022 e o saldo remanescente reembolsável até Dezembro de 2026.

(ii) Os Honorários de gestão são cobradas a uma taxa de 1.5% sobre empréstimos brutos concedidos aos clientes da Bayport, desde 16 de Novembro de 2016.

## 24. Capital social

	Capital social	Depósito de ações	Total
Em 1 de Janeiro de 2018	1,905,808,000	87,554,565	1,993,362,565
Transferência para aumento de capital social	-	490,160,000	490,160,000
Em 1 de Janeiro de 2019	1,905,808,000	577,714,565	2,483,522,565
Emissão de acções	490,160,000	(490,160,000)	-
Depósito para acções	-	157,249,056	157,249,056
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>2,395,968,000</b>	<b>244,803,621</b>	<b>2,640,771,621</b>

### Reconciliação do número de acções emitidas:

	Nº. de acções	Total
Em 1 de Janeiro de 2018	1,905,808	1,905,808
Em 1 de Janeiro de 2019	1,905,808	1,905,808
Depósito para acções	490,160	490,160
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>2,395,968</b>	<b>2,395,968</b>

Durante o exercício, foram emitidas 490,160 acções ordinárias (2018: zero).

## 25. Reserva legal

Nos termos da legislação Moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que a reserva seja igual ao capital social. Por conseguinte, foi criada uma reserva legal de MZN 41,693.547 foi transferida com base nos lucros realizados em 2018.

Em 1 de Janeiro	21,622,296	-
Dotação do exercício	41,693,547	21,622,296
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>63,315,843</b>	<b>21,622,296</b>

## 26. Fluxo de caixa utilizado nas operações

Em 1 de Janeiro	634,600,309	407,379,235
<b>Ajustamentos:</b>		
Depreciações e amortizações	84,308,853	30,055,555
Lucro na alienação de activos não correntes detidos para venda	(986,082)	(148,119)
Ganhos/(perdas) não realizados em moeda estrangeira	10,140,949	23,556,801
Gastos com imparidade de crédito	(36,039,395)	97,453,636
<b>Variações no capital circulante:</b>		
Aumento de outros devedores	(127,094,621)	(43,378,563)
Aumento do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2,591,548,900)	(2,602,139,577)
Aumento das contas a pagar	216,465,275	131,231,585
Aumento em depósitos de clientes	1,104,850,383	979,273,260
<b>Fluxo de caixa utilizado nas operações</b>	<b>(705,303,229)</b>	<b>(976,716,187)</b>

## 27. Compromissos

### Loações operacionais – Banco como locatário (gastos)

#### Pagamentos mínimos devidos de locações

- até um ano	89,474,921
- mais de um ano até cinco anos inclusive	234,891,289
- mais de cinco anos	76,112,000
<b>Total de pagamentos mínimos devidos de locações</b>	<b>400,478,210</b>

O Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a dez anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram como divulgados acima à data de 31 de Dezembro de 2018.

## 28. Variações nos passivos decorrentes de actividades de financiamento

### Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento 2019

	Saldo de abertura	Fluxos de caixa de financiamento	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Saldo final
Passivos de locação	2,386,157	-	269,452,712	(28,595,853)	243,243,016
Empréstimos	2,413,467,923	-	-	1,095,896,866	3,509,364,789
Empréstimos dos accionistas (i)	2,132,178,289	9,335,093	63,026,979	49,206,286	2,253,746,647
<b>Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento</b>	<b>4,548,032,369</b>	<b>9,335,093</b>	<b>332,479,691</b>	<b>1,116,507,299</b>	<b>6,006,354,452</b>

### Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento 2018

	Saldo de abertura	Fluxos de caixa de financiamento	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Saldo final
Passivos de locação	2,622,364	(236,207)	-	-	2,386,157
Empréstimos	545,172,636	1,868,295,287	-	-	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas (i)	2,718,791,626	(109,756,178)	13,302,841	(490,160,000)	2,132,178,289
<b>Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento</b>	<b>3,266,586,626</b>	<b>1,758,302,902</b>	<b>13,302,841</b>	<b>(490,160,000)</b>	<b>4,548,032,369</b>

(i) O valor a pagar ao accionista exclui os honorários profissionais, pois não se qualifica como fluxo de caixa das actividades de financiamento.

## 29. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	230,703,736	204,472,926
Depósitos em outras instituições de crédito	11	310,674,721	387,960,473
Recursos de instituições de crédito	19	(5,639)	(1,540,345)
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>541,372,818</b>	<b>590,893,054</b>

## 30. Passivos contingentes

Não existem quaisquer passivos contingentes materiais à data de relato.

## 31. Partes relacionadas

Empresa-mãe	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo conjunto	Actvest (Proprietary) Limited
Accionista e Administrador	Whatana Investments
Administradores	KACS Construcoes e Servicos, Ltda
	Suzzete Jose Dalsuco
Conselho Fiscal	CW Ducker

### 31.1 Saldo de partes relacionadas

<b>Montante devido a partes relacionadas</b>	2,253,746,647	2,132,178,289
Bayport Management Ltd (Empréstimo)	182,914,919	139,854,076
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	413,458	103,318
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperações de custos)	125,071,100	-
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários de Gestão)	-	-

O montante a pagar aos accionistas encontra-se divulgado na nota 23.

### 31.2 Transacções com partes relacionadas

<b>Bayport Management Ltd</b>		
Juros pagos	199,539,260	234,597,608
Honorários por serviços profissionais	112,375,010	75,548,177
<b>Actvest (Proprietary) Ltd</b>		
Honorários por serviços profissionais	92,708,051	80,658,875

### Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da gestão

Remuneração dos administradores	23,410,353	18,746,926
---------------------------------	------------	------------

### 31.3 Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da gestão

Benefícios de curto prazo ao pessoal	23,078,955	27,411,580
--------------------------------------	------------	------------

## 32. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. A supervisão da gestão de risco é da responsabilidade do Comité de Auditoria, risco e compliance ("ARC"). O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governança de tecnologias de informação. O Comité de Auditoria, risco e compliance é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Banco incluindo crédito e compliance.

### 32.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante de incumprimento de um cliente ou uma contraparte em cumprir uma obrigação para com o Banco. Os principais risco de crédito a que o Banco está exposto resultam de empréstimos a retalho. Não faz parte das estratégias do Banco evitar o risco de crédito, mas pelo contrário gerir risco de crédito no âmbito da apetência pelo risco do Banco e obter um retorno adequado e ajustado ao risco.

### Gestão e mensuração de risco de crédito

O Banco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e comunicação de risco de crédito às suas unidades de negócios. A exposição a perdas de crédito é gerida pela avaliação da sustentabilidade do cliente e da sua capacidade de reembolsar empréstimos, o perfil de risco, a situação de emprego e a estabilidade do cliente. Os prazos de empréstimos concedidos variam de 3 a 60 meses. A imparidade é monitorada e registada usando técnicas estatísticas, incluindo modelos comportamentais e experimentais. Estes modelos são baseados em informações de desempenho financeiro dos clientes enquanto fizerem parte da carteira e assumem que o desempenho recente é um forte indicador de desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.



As cobranças das prestações são feitas através de deduções na folha de pagamento ou cobranças por ordem de débito. O modelo de identificação de perdas esperadas é desenvolvido usando técnicas estatísticas com base em dados históricos reais. A perda esperada é calculada para cada conta activa, usando estimativas de parâmetro incluindo a probabilidade de incumprimento ("PD" na sigla Inglesa), exposição em incumprimento (EAD na sigla Inglesa) e perda dada o incumprimento (LGD na sigla Inglesa), segmentada usando situações de delinquência assumida (antiguidade, actualização e motivo para incumprimento) assim como o prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. A perda dada o incumprimento é calculada numa base explícita por conta, tomando em consideração o saldo a liquidar, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Banco utilizou a definição de vencido há mais de 30 dias para determinar o aumento significativo do risco de crédito conforme o parágrafo 5.5.11 da NIRF 9.

Uma vez que as cobranças são principalmente através de deduções na folha de pagamentos, o Banco definiu activos financeiros em imparidade de crédito como sendo aqueles que falharam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando existirem informações qualitativas que demonstrem o mutuário estar em dificuldade financeira. Portanto, rebatemos o pressuposto de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento e no alinhamento de processos operacionais de cobrança.

#### Activos financeiros sujeitos a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada como se segue:

31 de Dezembro de 2019	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outras contas a receber	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	7,720,169,377	24,811,310	634,293,283	8,379,273,970
Vencido mas não em imparidade	940,430,645	-	-	940,430,645
Em imparidade	214,539,245	-	-	214,539,245
Dedução da imparidade	(244,650,811)	(144,095)	-	(244,794,906)
	<b>8,630,488,456</b>	<b>24,667,215</b>	<b>634,293,283</b>	<b>9,289,448,954</b>

31 de Dezembro de 2018	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outras contas a receber	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	5,540,505,108	23,748,982	6,960,302	5,571,214,392
Vencido mas não em imparidade	766,398,694	-	-	766,398,694
Em imparidade	115,141,144	-	-	115,141,144
Dedução da imparidade	(281,161,009)	(88,406)	-	(281,249,415)
	<b>6,140,883,937</b>	<b>23,660,576</b>	<b>6,960,302</b>	<b>6,171,504,815</b>

#### Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade são os seguintes:

Vencido até		
1 mês	210,069,645	172,044,818
1 2 meses	155,375,044	152,381,066
2 3 meses	104,856,622	83,615,160
3 4 meses	91,250,412	69,899,024
Mais de 4 meses	378,878,922	288,458,626
<b>Empréstimos vencidos mas não em imparidade</b>	<b>940,430,645</b>	<b>766,398,694</b>

#### Avaliação das garantias

Os empréstimos não são garantidos e a garantia detida pelo Banco é imaterial.

#### Reconciliação das perdas por imparidade

	Perdas por imparidade para 12 meses	Perdas por imparidade previstas para o ciclo de vida	Activos financeiros com perdas por imparidade	Total
Em 1 de Janeiro de 2018	33,186,481	131,585,242	39,276,673	204,048,396
Originações	40,490,847	13,971,521	4,880,523	59,342,891
Movimentos da carteira existente	(2,406,714)	872,892	54,063,457	52,529,635
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(6,225,955)	(4,738,775)	(23,692,086)	(34,656,816)
Abates	-	-	(14,691)	(14,691)
Em 31 de Dezembro de 2018	65,044,659	141,690,880	74,513,876	281,249,415
Originações	34,824,170	13,788,518	(41,770,555)	6,842,133
Movimentos da carteira existente	24,661,880	38,245,723	176,214,119	239,121,722
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(64,956,253)	(141,690,879)	(75,300,429)	(281,947,561)
Abates	-	-	(470,803)	(470,803)
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>59,574,456</b>	<b>52,034,242</b>	<b>133,186,208</b>	<b>244,794,906</b>

#### 32.2 Categorias de instrumentos financeiros

Activos financeiros			
Ao custo amortizado			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	230,703,736	204,472,926
Depósitos em outras instituições financeiras	11	310,674,721	387,960,473
Empréstimos a adiantamentos a clientes		8,630,488,456	6,140,883,937
Outros activos		24,667,215	23,660,575
Investimento em outros activos financeiros	14.2	627,332,981	-
<b>Ao justo valor através de outro rendimento integral</b>			
Investimento em outros activos financeiros	14.1	6,960,302	6,960,302
		<b>9,830,827,411</b>	<b>6,763,938,213</b>

#### Passivos financeiros

##### Ao custo amortizado

Depósitos de clientes	18	2,093,273,744	988,423,360
Recursos de instituições de crédito	19	5,639	1,540,345
Outros passivos		383,013,757	234,939,124
Locação financeira	21	243,243,016	2,386,157
Empréstimos	22	3,509,364,789	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas	23	2,436,661,566	2,272,032,365
		<b>8,665,562,511</b>	<b>5,912,789,274</b>

#### 32.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Banco encontram-se expostas a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou combinação de riscos. Assumir risco é inerente à actividade financeira, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercer esta actividade. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

#### 32.4 Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os activos e passivos em agrupamentos de maturidade relevantes, com base no período remanescente da demonstração da posição financeira à data de maturidade contratual. Os montantes divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de vencimento e das taxas de juros de activos e passivos é fundamental para a gestão do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas uma vez que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas também pode aumentar o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição a mudanças nas taxas de juros e taxas de câmbio.

31 de Dezembro de 2019	Fluxos de caixa de passivos financeiros	0 - 3 meses	4 - 12 meses	1 - 5 anos	Total
Depósitos de clientes	673,331,020	1,545,843,355	40,134,993	-	2,259,309,368
Recursos de instituições de crédito	5,639	-	-	-	5,639
Outros passivos	383,013,757	-	-	-	383,013,757
Locação financeira	19,454,248	64,918,042	383,519,092	-	467,891,382
Empréstimos	432,170,164	747,699,778	4,037,912,588	-	5,217,782,530
Empréstimos dos accionistas	235,736,323	158,464,215	3,282,568,101	-	3,676,768,639
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>1,743,711,151</b>	<b>2,516,925,390</b>	<b>7,744,134,774</b>	<b>12,004,771,315</b>	

31 de Dezembro de 2018	Fluxos de caixa de passivos financeiros	0 - 3 meses	4 - 12 meses	1 - 5 anos	Total
Depósitos de clientes	213,970,556	922,772,349	-	-	1,136,742,905
Recursos de instituições de crédito	1,540,345	-	-	-	1,540,345
Outros passivos	234,939,124	-	-	-	234,939,124
Locação financeira	464,121	1,392,362	1,003,242	-	2,859,725
Empréstimos	142,137,978	505,836,102	3,305,395,850	-	3,953,369,930
Empréstimos de accionistas	301,609,578	344,732,713	2,316,517,312	-	2,962,859,603
<b>Fluxos de caixa de passivos financeiros</b>	<b>894,661,702</b>	<b>1,774,733,526</b>	<b>5,622,916,404</b>	<b>8,292,311,632</b>	

#### 32.5 Risco de taxa de juros

O objectivo do processo de gestão de risco de taxa de juros do Banco é gerir e controlar a exposição da taxa de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco de taxa de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco de taxa de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxa de juros (modelagem de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxa de juros, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juros, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

#### Análise de sensibilidade - Aumento/redução de 10% na margem líquida de juros

A análise de sensibilidade de riscos de taxas de juro é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juros de mercado que afectam o rendimento ou os encargos de juros de instrumentos financeiros variáveis,
- Alterações nas taxas de juro de mercado que afectam apenas o rendimento ou os encargos de juros em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas se estes forem reconhecidos pelo seus justos valores;
- As alterações nas taxas de juro terão um efeito sobre activos e passivos sensíveis a juros e, portanto, a modelagem de simulação é aplicada aos instrumentos financeiros que são sujeitos a taxas de juros variáveis;
- As projecções incluem outros pressupostos, incluindo todas as posições executadas até a maturidade.

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro corrente e o capital próprio de um aumento de 10% e de uma redução correspondente em todas as curvas de rendimento no início no exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2019.

31 de Dezembro de 2019	Montante	Cenário 1 Efeito após o aumento de 10% nas taxas de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após a redução de 10% nas taxas de juros variáveis
Lucro após impostos	434,376,840	418,237,895	450,515,785
Capital próprio	2,216,183,335	2,200,044,390	2,232,322,280

31 de Dezembro de 2018	Montante	Cenário 1 Efeito após o aumento de 10% nas taxas de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após a redução de 10% nas taxas de juros variáveis
Lucro após impostos	277,956,978	266,990,278	288,923,676
Capital próprio	1,624,557,439	1,613,590,739	1,635,524,137

Assumindo a falta de acções de gestão, uma subida diminuiria os lucros após impostos do Banco e o capital próprio em MT 16,138,945 (31 de Dezembro de 2018: MZN 10,966,700) enquanto uma redução aumentaria os lucros após impostos e o capital próprio nas mesmas quantias.

### 32.6 Gestão de risco de capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio atribuível aos accionistas que compreende o capital realizados e os lucros acumulados. O Banco revê, regularmente, a estrutura de capital. O Banco não está sujeito a nenhum requisito de capital externamente imposto.

A estrutura de capital do Banco consiste em dívida, que inclui os empréstimos bancários divulgados nas notas 21 e 22, valores a pagar aos accionistas divulgados na nota 23, caixa e equivalentes de caixa divulgados nas notas 10, 11 e 19 e o capital próprio conforme divulgado na demonstração da posição financeira. De modo a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos accionistas, retornar o capital aos accionistas, emitir novas acções para reduzir a dívida. Tal como as outras entidades no sector, o Banco monitora o capital em função do rácio de alavancagem.

### Rácios

Os rácios de alavancagem em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 foram os seguintes, respectivamente:

#### Total de empréstimos

Depósitos de clientes	18	2,093,273,744	988,423,360
Locação financeira	21	243,243,016	2,386,157
Outros passivos financeiros	22	3,509,364,789	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas	23	2,253,746,647	2,132,178,289
		<b>8,099,628,196</b>	<b>5,536,455,729</b>
Menos: valor líquido de caixa e equivalentes de caixa	19&11	(305,647,200)	(386,180,592)
Dívida líquida		7,793,980,996	5,150,275,137
Total do capital próprio		2,216,183,335	1,624,557,439
<b>Total capital</b>		<b>10,010,164,331</b>	<b>6,774,832,576</b>
Rácio de Alavancagem		78%	76%

### 32.7 Risco cambial

O Banco possui certos empréstimos em moeda estrangeira e está sujeito a riscos cambiais decorrentes de várias exposições cambiais. Consequentemente, o Banco está exposto ao risco de os valores contabilísticos desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira poderem alterar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição cambial do Banco é a seguinte:

31 de Dezembro de 2019	MZN	USD	ZAR	Total
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	539,538,616	1,839,195	646	541,378,457
Empréstimos a adiantamentos a clientes	8,630,488,456	-	-	8,630,488,456
Créditos comerciais e outros	24,667,215	-	-	24,667,215
Investimentos em outros activos financeiros ao custo amortizado	6,960,302	-	-	6,960,302
Investimentos em outros activos financeiros (FVTOCI)	627,332,981	-	-	627,332,981
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>9,828,987,570</b>	<b>1,839,195</b>	<b>646</b>	<b>9,830,827,411</b>
<b>Passivos</b>				
Depósitos de clientes	2,093,273,744	-	-	2,093,273,744
Recursos de instituições de crédito	5,639	-	-	5,639
Empréstimos dos accionistas	1,345,952,828	1,215,779,837	413,458	2,562,146,123
Locação financeira	243,243,016	-	-	243,243,016
Empréstimos	3,509,364,789	-	-	3,509,364,789
Contas a pagar e outros	257,491,664	-	37,536	257,529,200
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>7,449,331,680</b>	<b>1,215,779,837</b>	<b>450,994</b>	<b>8,665,562,511</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>2,379,655,890</b>	<b>(1,213,940,642)</b>	<b>(450,348)</b>	<b>1,165,264,900</b>
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>MZN</b>	<b>USD</b>	<b>ZAR</b>	<b>Total</b>
Total de activos financeiros	6,669,516,386	94,408,131	13,699	6,763,938,216
Total dos passivos financeiros	(4,835,592,104)	(1,077,093,853)	(103,318)	(5,912,789,275)
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>1,833,924,282</b>	<b>(982,685,722)</b>	<b>(89,619)</b>	<b>851,148,941</b>

O objectivo do processo de gestão de risco cambial do Banco é gerir e controlar a exposição cambial para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade. O risco cambial é o risco dos movimentos das taxas de câmbio reduzirem os rendimentos ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

### Riscos cambiais apreciação/depreciação do Metical face a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade de riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas diferentes do Metical,
- A análise de sensibilidade de moedas é baseada no pressuposto de que todas as posições cambiais líquidas são altamente eficazes,

- A moeda base em que os negócios do Banco são realizados é o MZN.

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro do exercício corrente e o capital próprio de uma redução de 10% e de um aumento correspondente em todas as moedas estrangeiras no início do exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2019.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais reduções e aumentos afectaria os ganhos futuros e o capital, conforme ilustrado na tabela abaixo:

31 de Dezembro de 2019	Montante	Cenário 1 Efeito após a apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após a redução de 10% em MZN
Lucro após impostos	434,376,840	516,955,427	351,798,253
Capital próprio	2,216,183,335	2,133,595,748	2,298,770,922
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>Montante</b>	<b>Cenário 1 Efeito após a apreciação de 10% em MZN</b>	<b>Cenário 2 Efeito após a redução de 10% em MZN</b>
Lucro após impostos	277,956,978	344,838,379	211,075,577
Capital próprio	1,624,557,439	1,691,438,839	1,557,676,037

Assumindo a falta de acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro após de impostos e o capital próprio do exercício em MZN 82.578.587 (31 de Dezembro de 2018 MZN 66,881,401), aumento do capital próprio em MZN 82,587,587 (31 Dezembro de 2018 MZN 66,881,401), enquanto uma depreciação no Metical diminuiria o lucro após impostos e o capital próprio.

### 33. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e os preços das acções. O risco dos preços das acções não se aplica à instituição.

### 34. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

### 35. Mensuração do justo valor

As informações abaixo apresentam a forma como o Banco determina o justo valor dos diversos activos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, são agrupados em Níveis 1 a 3 com base no grau em que o justo valor é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos financeiros idênticos. Este nível inclui valores mobiliários cotados e instrumentos de dívida na bolsa de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique).

Nível 2: *Inputs*, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adoptados pelo mercado para o activo ou passivo, seja directamente (ou seja, como preços) ou indirectamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3: *Inputs* para o activo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*Inputs* não observáveis). Este nível inclui investimentos de capital e instrumentos de dívida com componentes não observáveis significativos.

### Justo valor de activos e passivos financeiros do Banco que são mensurados pelo justo valor numa base recorrente

Excepto quando divulgado em outra parte, os Administradores consideram que a quantia escriturada dos outros activos financeiros se aproxima dos seus justos valores.

### Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas cujas divulgações do justo valor são necessárias)

O Banco utiliza o modelo do valor presente líquido a fim de obter o justo valor de activos financeiros. As taxas de juros utilizadas para o desconto são observáveis no mercado e correspondem às taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro, dependendo das datas de maturidade.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos bancários e outros passivos financeiros é estimado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros usando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições similares, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A tabela a seguir mostra uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado pelo nível da hierarquia de justo valor:

	31 de Dezembro de 2019		31 de Dezembro de 2018	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>				
Empréstimos e contas a receber	8,630,488,456	8,630,488,456	6,140,883,937	6,140,883,937
Empréstimos e adiantamentos a clientes	627,332,981	627,332,981	-	-
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>				
Investimento em outros activos financeiros	6,960,302	6,960,302	6,960,302	6,960,302
	<b>9,264,781,739</b>	<b>9,264,781,739</b>	<b>6,147,844,239</b>	<b>6,147,844,239</b>

**Passivo financeiro ao custo amortizado**

- Depósitos de clientes	2,093,273,744	2,093,273,744	988,423,360	988,423,360
- Locação financeira	243,243,016	243,243,016	2,386,158	2,386,158
- Empréstimos	3,509,364,789	3,509,364,789	2,413,467,923	2,413,467,923
- Empréstimos dos accionistas	2,436,661,566	2,436,661,566	2,272,032,365	2,272,032,365
<b>Total</b>	<b>8,282,543,115</b>	<b>8,282,543,115</b>	<b>5,676,309,806</b>	<b>5,676,309,806</b>

**Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2019**

	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	8,630,488,456	8,630,488,456
- Investimento em outros activos financeiros	-	-	627,332,981	627,332,981
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>				
Investimento em outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9,264,781,739</b>	<b>9,264,781,739</b>

**Passivos financeiros ao custo amortizado**

Depósitos de clientes	-	-	2,093,273,744	2,093,273,744
Locação financeira	-	-	243,243,016	243,243,016
Empréstimos	-	-	3,509,364,789	3,509,364,789
Empréstimos dos accionistas	-	-	2,436,661,566	2,436,661,566
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8,282,543,115</b>	<b>8,282,543,115</b>

**Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2018**

	Nível 1 MZN	Nível 2 MZN	Nível 3 MZN	Total MZN
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	6,140,883,937	6,140,883,937
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>				
Investimento em outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,147,844,239</b>	<b>6,147,844,239</b>

**Passivos financeiros ao custo amortizado**

Depósitos de clientes	-	-	988,423,360	988,423,360
Locação financeira	-	-	2,386,158	2,386,158
Empréstimos	-	-	2,413,467,923	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas	-	-	2,272,032,365	2,272,032,365
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,676,309,806</b>	<b>5,676,309,806</b>

**36. Gestão de Capital**

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorado usando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que a Bayport:

- cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- tenha a capacidade de operar segundo o pressuposto da continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A Bayport cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito ao Rácio de Adequação de Capital tal como à Solvabilidade e à Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo do capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, o Banco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuidade pode estar em causa.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital da instituição para a exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

**Fundos próprios de base (Tíer I)**

Capital social realizado	2,395,968,000	1,905,808,000
Reserva legal	63,315,843	21,622,296
Reservas elegíveis e resultados transitados	(922,281,240)	(1,158,544,401)
Activos intangíveis	(81,472,777)	(68,617,358)
Gap na imparidade de crédito	(506,483,225)	(129,587,939)
<b>Fundos próprios de base (Tíer I)</b>	<b>949,046,601</b>	<b>570,680,598</b>

**Fundos próprios complementares (Tíer II)**

Outros	1,068,496	735,603
<b>Fundos próprios capital Complementares (Tíer II)</b>	<b>1,068,496</b>	<b>735,603</b>

**Capital Elegível (Tíer I e Tíer II)**

<b>Capital Elegível (Tíer I e Tíer II)</b>	<b>950,115,097</b>	<b>571,416,201</b>
--	--------------------	--------------------

**Activos Ponderados pelo Risco (APR)**

Na Posição financeira	8,547,969,838	5,884,826,914
Na Posição extrapatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	173,323,143	88,237,085
<b>Total</b>	<b>8,721,292,981</b>	<b>5,973,063,999</b>

**Rácios de adequação de Capital**

Tíer I	10.88%	9.55%
Tíer II	0.01%	0.01%
Rácio de solvabilidade	10.89%	9.57%
Rácio de solvabilidade (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00%

**37. Alterações nas políticas contabilísticas**

Com exceção das mudanças abaixo, o Banco tem aplicado consistentemente as políticas contabilísticas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

O Banco aplicou a NIRF 16 com uma data de aplicação inicial em 1 de Janeiro de 2019. Como resultado, o Banco alterou sua política contabilística para contratos de locação conforme detalhado abaixo.

O Banco aplicou a NIRF 16 usando o método retrospectivo modificado, no qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido nos lucros acumulados em 1 de Janeiro de 2019. Os detalhes das alterações nas políticas contabilísticas são divulgados abaixo.

**37.1 Definição de locação**

Anteriormente, o Banco determinava no início do contrato se um acordo é ou contém uma locação de acordo com a NIRF 4. De acordo com a NIRF 16, o Banco avalia se um contrato é ou contém uma locação com base na definição de uma locação, conforme explicado na nota 1.6.

Na transição para a NIRF 16, o Banco optou por aplicar o expediente prático para lidar com avaliação de quais operações são locações. Ela aplicou o NIRF 16 somente aos contratos que foram previamente identificados como locações. Os contratos que não foram identificados como locações sob o IAS 17 e NIRF 4 não foram reavaliados para determinar se existe ou não uma locação. Assim, a definição de uma locação nos termos do NIRF 16 foi aplicada apenas aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

**37.2 Como locatário**

Como locatário, o Banco anteriormente classificava as locações como operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o a locação transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente para o Banco. De acordo com o NIRF 16, o Banco reconhece o direito de uso de ativos e passivos de locação para a maioria das locações - ou seja, essas locações estão no balanço patrimonial.

O Banco decidiu aplicar isenções de reconhecimento aos contratos de locações de curto prazo. Para as locações de outros ativos, que foram classificados como operando sob o IAS 17, o Banco reconheceu o direito de uso dos ativos e passivos de locação.

**37.2.1 Locações classificadas como locações operacionais de acordo com a IAS 17**

Na transição, os passivos de locação foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental do Banco em 1 de Janeiro de 2019. Os ativos do direito de uso são mensurados por um dos dois métodos:

- o seu valor contabilístico como se a NIRF 16 tivesse sido aplicada desde a data de início, descontado usando o incremental do locatário taxa de empréstimo na data da aplicação inicial - o Banco aplicou esta abordagem aos seus maiores contratos de locação imobiliários; ou

- um montante igual ao passivo da locação, ajustado pelo montante de quaisquer pagamentos de locação pré-pagos ou acumulados que o Banco tenha aplicado.

O Banco utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar a NIRF 16 a locações anteriormente classificadas como locações operacionais de acordo com a IAS 17.

- Aplicou uma taxa de desconto única a uma carteira de locações com características similares.
- Ajustou o direito de uso dos activos pelo montante da provisão para contratos onerosos do IAS 37 imediatamente antes da data da aplicação inicial, como alternativa a uma revisão de imparidade
- Aplicou a isenção para não reconhecer o direito de uso de activos e passivos em contratos de locação com prazo inferior a 12 meses de locação.
- Excluiu os custos directos iniciais da medição do direito de uso do activo na data da aplicação inicial
- aplicou a abordagem retrospectiva ao determinar o prazo da locação se o contrato contém opções para prorrogar ou terminar a locação.

**37.2.2 Locações anteriormente classificadas como locação financeira**

Para as locações que foram classificadas como locações financeiras segundo o IAS 17, o valor contabilístico do direito de uso do activo e do passivo da locação em 1 de Janeiro de 2019 é determinado pelo valor contabilístico do activo e do passivo da locação de acordo com o IAS 17 imediatamente antes dessa data.

**37.2.3 Impactos nas demonstrações financeiras**

Na transição para o IFRS 16, o Banco reconheceu um adicional de MZN 266.460.328 de activos de direito de uso e MZN 266.460.328 de passivos de locação, utilizando o método retrospectivo modificado.

Na mensuração dos passivos por locação, o Banco descontou os pagamentos de locação usando sua taxa de empréstimo incremental em 1 de Janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 21,5%.

	1 de Janeiro 2019
Compromisso de locação operacional em 31 de dezembro de 2018, conforme divulgado nas demonstrações financeiras do Banco	589,388,452
Descontado utilizando a taxa de empréstimo incremental em 1 de Janeiro de 2019	266,460,328
Passivo de locações financeiras reconhecidas em 31 de Dezembro de 2018	-
<b>Total</b>	<b>266,460,328</b>

**38. Acontecimentos após a data do balanço**

Não houveram eventos significativos após a data de relato que exigissem a divulgação ou ajustamento nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.